



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Assessoria**

EDITAL

Nº do Processo: 009.00001316/2026-12

Interessado: Subsecretaria de Gestão Corporativa, Coordenadoria de Infraestrutura e Suprimentos

Assunto: Prestação de serviço de locação de máquinas de café e purificadores de água

PREGÃO

ELETRÔNICO

90015/2026

CONTRATANTE (UASG)

(540106)

OBJETO

Contratação de serviços de locação de máquinas automatizadas de autosserviço, preparadoras de bebidas quentes, incluindo fornecimento de insumos, instalação, abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização e purificadores de água com manutenção preventiva, corretiva e higienização

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **26/05/2026** às **09h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

<u>1. DO OBJETO..</u>	<u>3</u>
<u>2. DO REGISTRO DE PREÇOS</u>	<u>3</u>
<u>3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..</u>	<u>4</u>
<u>4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..</u>	<u>6</u>
<u>5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.</u>	<u>7</u>
<u>6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.</u>	<u>9</u>
<u>7. DA FASE DE JULGAMENTO..</u>	<u>13</u>
<u>8. DA FASE DE HABILITAÇÃO..</u>	<u>17</u>
<u>9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.</u>	<u>19</u>
<u>10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.</u>	<u>20</u>
<u>11. DOS RECURSOS.</u>	<u>21</u>
<u>12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.</u>	<u>21</u>
<u>13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..</u>	<u>25</u>
<u>14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.</u>	<u>25</u>

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026

(Processo Administrativo nº 009.00001316/2026-12)

Torna-se público que o(a) Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP)., por meio do(a) Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios, sediado(a) na Avenida Rangel Pestana, 300 – 18º andar realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços de locação de máquinas automatizadas de autosserviço, preparadoras de bebidas quentes, incluindo fornecimento de insumos, instalação, abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização e purificadores de água com manutenção preventiva, corretiva e higienização conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte,.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item 2, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#),

3.5.2. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.3. Para o item 1 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente .

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e total estimado do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição](#) Federal, e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema

eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública .

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores] entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de para o item 1 R\$ 7.000,00 para o item 2 R\$ 350,00 e incidirá pelo valor total do objeto.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta .

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#) .

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a

proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital .

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8 .

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Considerando a exigência de apresentação de catálogo na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta .
- 7.12.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.12.2. Se não houver entrega de catálogo(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de catálogo(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.12.2.1. Se o(s) catálogos(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogos(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração .

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços..

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados após protocolada solicitação à Coordenadoria de Gestão Documental, através do e-mail cgd.cge@sp.gov.br, devendo ser informado: assunto, nº da licitação e nº do processo

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

- 12.1.5.4. deixar de apresentar catálogo, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
- 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar catálogo em desacordo com as especificações do Edital;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8,

12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): cgcc.cge@sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis,

limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.controladoriageral.sp.gov.br sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento. sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante,

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame

na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do Diário Oficial do Estado de SP <https://www.doe.sp.gov.br/e-negocios-publicos> e no sítio eletrônico da CGE-SP www.controladoriageral.sp.gov.br.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – [Minuta de Termo de Contrato] / [Minuta de Nota de Empenho];

14.16.3. ANEXO III – [Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável];

14.16.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.16.7. ANEXO VII – Avaliação de Execução de Serviços;

14.16.8. ANEXO VIII – Minuta Ordem de Serviços

..... de de 20.....
[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº.009.00001316/2026-12)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de locação de máquinas automatizadas de autosserviço, preparadoras de bebidas quentes, incluindo fornecimento de insumos, instalação, abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização e purificadores de água com manutenção preventiva, corretiva e higienização a serem instaladas nas dependências da Controladoria Geral do Estado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE mensal
1	Instalação/manutenção/locação de máquinas automáticas e semiautomáticas (café)	20648	DOSE	25.000
2	Serviços de locação de purificadores de água por pressão	21628	Unidade	19

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 47999864000122-0-000001/2026 ;

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025, atualizado em 29/01/2026 ;

III) Id do item no PCA: 112;

IV) Classe/Grupo: 853 – SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS

V) Identificador da Futura Contratação: 540106-130/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Máquinas de café multibebidas

4.1. Deverá ser avaliada, como critério de sustentabilidade, a utilização de insumos com menor impacto ambiental, preferencialmente acompanhados de certificações reconhecidas (ex.: FSC, selo verde, entre outros)

4.2. Os equipamentos a serem fornecidos deverão possuir eficiência energética comprovada, preferencialmente com selo Procel de Economia de Energia ou certificações equivalentes, a fim de minimizar o consumo de energia elétrica durante a operação contínua.

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade, inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1. Uso racional de água - É obrigação da Contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água (potável ou não), com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como aplicar práticas de racionalização.

4.3.2. Uso racional de energia elétrica - A Contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

4.4. A Contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

4.5. Políticas de sustentabilidade quanto à questão social. A Contratada deverá:

4.5.1. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas, as normas coletivas da categoria profissional e a observância da legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho;

4.5.2. Orientar, treinar e capacitar periodicamente os seus funcionários sobre o atendimento das normas internas e de segurança, saúde e medicina do trabalho, tais como, prevenção e incêndio nas áreas da prestação de serviço, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos na implementação serviços, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

4.5.3. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

4.5.4. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando, também, a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

4.5.5. Disponibilizar equipamentos de proteção para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

4.5.6. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação;

4.5.7. Manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento, evitando danos às pessoas e às instalações hidrossanitárias e elétricas.

Purificador de água

4.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.6.1. Deverá atender a Portaria nº 102 de 22/03/2022 do INMETRO/ME, a norma ABNT NBR 16098:2012, e a Portaria MS nº 518 de 2004.

4.6.2. Adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem com práticas de racionalização;

4.6.3. juntamente com a Proposta de Preços deverá ser fornecido manual e/ou descritivo técnico e/ou Certificado de Conformidade bem como cópia do Selo de Identificação de Conformidade do equipamento ofertado, para que sejam verificados os requisitos técnicos exigidos.

4.6.4. Racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações;

4.6.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.6.6. A empresta contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados.

4.6.7. Realizar o descarte adequado de peças, componentes e resíduos gerados durante os serviços de manutenção, substituição ou instalação dos purificadores de água, observando as normas ambientais vigentes e os princípios da responsabilidade socioambiental.

4.6.8. Para a contratação em questão deve ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 53.336/2008, que institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do [Código Civil](#). Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.8.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.9. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 (nove) horas às 15:00 (quinze) horas.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13. Cada vistoria deverá ser agendada através do e-mail: cis.cge@sp.gov.br, com cópia para nbsantos@sp.gov.br ou pelo telefone 11-4389-3107

4.14. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto (máquinas de café e purificadores de água) seguirá a seguinte dinâmica :

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos a contar da emissão da ordem de serviço;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Barão de Tefé nº 72 – Água Branca, São Paulo/SP

Rotinas a serem cumpridas

Máquina de café multibebidas

5.3. Serão locadas para prestação de serviço de fornecimento de bebidas quentes: 18 máquinas multibebidas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Todas as máquinas deverão operar com sistema de consumo livre.

5.4.2. Os equipamentos deverão conter dispositivo automático interno que possibilite a eliminação de resíduos sólidos e líquidos, com sistema de autolavagem e esterilização com água quente a temperatura de 97 °C e filtro de água

5.4.3. Todas as fases de preparação das bebidas deverão ser automatizadas

5.4.4. A seleção dos produtos a serem fornecidos aos usuários deverá ser através de dispositivo individual que permita a escolha do produto desejado e a liberação do mesmo em quantidades pré-estabelecidas.

5.4.5. Todos os equipamentos que estiverem instalados deverão possuir o mesmo design e especificações.

5.4.6. Todos os equipamentos deverão ser máquinas novas

5.4.7. As máquinas serão vistoriadas pela contratante, no ato da entrega, sendo consideradas recebidas somente se cumprirem todas as exigências dispostas no ETP.

5.4.8. Caso seja considerado que os equipamentos não estão dentro dos padrões exigidos, os objetos não serão recebidos, sendo obrigatória sua substituição e nova entrega e instalação dentro do prazo determinado de 48 (quarenta e oito) horas da instalação.

5.4.9. Poderá ser solicitada a troca de qualquer equipamento, caso seja constatado pela CONTRATANTE, que estão fora dos padrões exigidos, a qualquer momento da vigência do contrato, devendo a contratada providenciar sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) a partir da solicitação da CONTRATANTE.

5.4.10. A Contratada deve arcar com as despesas de transporte, instalação, calibração, substituição, remoção e remanejamento das máquinas, bem como as manutenções preventivas, corretivas e de higienização.

5.4.11. A Contratada fica obrigada a promover a substituição das máquinas alocadas por modelos novos, sempre que apresentarem defeitos, avarias e/ou quaisquer sinais de contaminação ou total impossibilidade de conserto.

5.4.12. A Contratada deverá fornecer os equipamentos, instalá-los, ficando responsável pela manutenção corretiva, preventiva e de higienização, procedendo, periodicamente, a inspeção e, quando solicitada, comparecendo com técnicos no local de instalação para corrigir possíveis falhas ou defeitos, quando possível, ou substituindo o equipamento enquanto o reparo necessário é feito no equipamento principal. Não há qualquer ônus adicional pelas visitas para manutenção, paga-se um valor mensal pelas bebidas consumidas, que inclui toda e qualquer tipo de manutenção e fornecimento de peças e insumos.

5.4.13. Todos os insumos utilizados deverão ser vistoriados, conferidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que somente aceitará aqueles que se encontram de acordo com as especificações estabelecidas na contratação.

5.4.14. A medição será realizada com base nas doses efetivamente consumidas ao final de cada período mensal, no primeiro dia subsequente. A atividade será conduzida pelo responsável da CONTRATADA

5.4.15. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente relatório, a ser apresentado até o quinto dia útil do mês subsequente, especificando o quantitativo de doses consumidas em cada um dos equipamentos, bem como o total geral consumido durante o mês.

5.4.16. A CONTRATANTE deverá aprovar o referido relatório, ficando facultado a mesma, efetuar os descontos necessários.

5.4.17. Será utilizada planilha de controle visando apurar a quantidade de doses impróprias para o consumo, disponibilizadas em cada máquina de bebidas quentes aos usuários, cujo total será descontado do valor mensal a ser pago.

5.4.18. A máquina que ultrapassar a quantidade de 50 (cinquenta) doses impróprias para consumo, estará sujeita a aplicação dos parâmetros estipulados na tabela de glosas. A quantidade de doses sem condições de consumo será computada cumulativamente e por máquina, sendo aplicada a glosa a cada montante de 50 doses desperdiçadas, ou seja, se uma máquina totalizou 100 doses impróprias para consumo, deverá ser aplicado duas vezes a glosa

5.4.19. Medidas dos Equipamentos:

5.4.19.1. Máquinas com capacidade mínima de 200 doses e medidas aproximadas de: Altura de 690 mm; Profundidade: de 410 mm; Largura: de 570 mm com gabinete de apoio

5.4.19.2. Painel de Seleção com no mínimo 07 (sete) botões previamente configurados para seleção de bebidas e água quente

5.4.19.3. Sinal sonoro de fim de seleção;

5.4.19.4. Teclas de comando ergonômicas;

5.4.19.5. Identificação das bebidas no Sistema Braille no painel de seleção.

5.4.19.6. Acessórios: Sistema de regulação automática de moagem do café em grãos, garantindo alta qualidade do produto;

5.4.19.7. Depurador de água para prevenção de acúmulo de calcário;

5.4.19.8. Energy saving mode, para a redução do consumo energético quando stand by

5.4.19.9. Telemetria (reportar erros e estoque)

5.4.20. Software de Gerenciamento

5.4.20.1. Permitir a exportação de relatórios para o uso em editores de texto, planilhas eletrônicas e/ou banco de dados;

5.4.20.2. Realizar a contabilidade e o controle de custos das bebidas nas máquinas;

5.4.20.3. Permitir a geração de relatórios via sistema por máquina e centros de custo;

5.4.20.4. Permitir a ordenação dos relatórios por quantidade de bebidas, por custo e por ordem alfabética;

5.4.20.5. Permitir a utilização de filtros nos relatórios por bebida e por origem ou consumo;

5.4.20.6. Permitir a exportação de dados e relatórios para análise;

5.4.20.7. Permitir a centralização automática de dados e a geração de relatórios integrados com os dados de todas as máquinas;

5.4.20.8. Realizar inventário automático das máquinas;

5.4.20.9. Permitir a definição de custos de bebida consumida por máquina; Permitir a administração de custos por grupos de bebidas;

5.4.20.10. Permitir contabilizar consumo total e por máquina;

5.4.20.11. Permitir identificar as composições das bebidas, dosagem dos consumíveis, relatórios de consumo;

5.4.20.12. Realizar configurações, atualizações, visualizações e alterações remotas dos componentes das máquinas;

5.4.20.13. Possuir contador digital, para fins de registro/acompanhamento da qualidade de doses efetivamente consumidas;

5.4.20.14. Serem equipadas com dispositivo de fechamento, para evitar acesso de insetos ou objetos indesejáveis dentro das máquinas;

5.4.20.15. Possuir móvel de apoio;

5.4.20.16. Possuir visor iluminado para orientar os usuários e técnicos com mensagens em português;

5.4.20.17. Possuir manual com instruções técnicas;

5.4.20.18. Possuir QR Code fácil e visível para o usuário avaliar os serviços prestados, semelhante a um fale conosco ou um relatório de ocorrências;

5.4.20.19. Possuir sistema de comunicação, telemetria para permitir a visualização de diversas informações pertinentes a máquina, ligada ou desligada com ou sem conexão à internet, máquina com algum tipo de avaria, alerta de tempo de inoperância, relatórios, status, situação do estoque, com informações sobre os produtos e suas respectivas quantidades em cada recipiente da máquina, além de alertas para recipiente com poucos produtos ou vazios, entre outros;

5.4.20.20. Permitir acompanhar, controlar e ajustar gestão completa das rotas, abastecimentos, conciliação automática, gestão de quebra, relatórios sintéticos e analíticos, aplicativos operacionais;

5.4.20.21. Detalhamento do consumo das máquinas; Emitir relatório de consumo de produtos;

Alimentação Hídrica

5.5. O fornecimento de água será através de conexão 3/8" ou 3/4" na rede hídrica;

5.5.1. A pressão da água no equipamento deverá estar entre 0,5 e 6,5 (bar);

5.5.2. O equipamento deverá ser acompanhado de filtro de água específico para as máquinas de autoatendimento.

5.5.3. A CONTRATADA deverá instalar, sem ônus à CONTRATANTE, registro de água antes da entrada de cada máquina.].

Alimentação Elétrica

5.6. A Tensão 220 volts,;

5.6.1. Frequência 50 – 60 Hz

Tipos de Bebidas

5.7. Os equipamentos deverão fornecer no mínimo as seguintes bebidas quentes:

5.7.1.1. Café expresso curto;

5.7.1.2. Café expresso longo;

5.7.1.3. Café com leite;

5.7.1.4. Leite; Chocolate;

5.7.1.5. Cappuccino;

5.7.1.6. Cappuccino chocolate

5.7.1.7. Cappuccino canela

5.7.1.8. Latte Macchiato

5.7.1.9. Chá (sabor a critério da CONTRATANTE);

5.7.2. PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARO DAS BEBIDAS

5.7.2.1. CAFÉ TORRADO EM GRÃOS: Café em grão torrados e inteiros, específico para máquinas de café expresso, isento de materiais estranhos, com tempo de torra de 12 a 15 minutos, de sabor suave, levemente adstringente, 100% arábica tipo 6/7, com umidade máxima do pacote de 3,5%, isento de açúcares e adoçantes.

5.7.2.2. LEITE EM PÓ INTEGRAL SOLÚVEL: Leite em pó integral instantâneo, isento de açúcares e adoçantes, de aspecto fino, sem grumos, de cor branca e levemente amarelada, livre de pontos pretos e matérias estranhas, odor e sabor natural.

5.7.2.3. CHOCOLATE EM PÓ: bebida de chocolate zero açúcar e de coloração marrom, solúvel, sem grumos, composto por leite em pó integral, cacau em pó.

5.7.2.4. CAPPUCCINO (ISENTO DE AÇÚCAR): Misto dos produtos: café torrado em pó, leite em pó integral solúvel e chocolate em pó solúvel.

5.7.2.5. CAPPUCCINO COM CANELA (ISENTO DE AÇÚCAR): Misto dos produtos: café torrado em pó, leite em pó integral solúvel e chocolate em pó solúvel e canela

5.7.2.6. LATTE MACCHIATTO: misto de leite vaporizado

5.7.2.7. e uma dose de café espresso

5.7.2.8. CHÁ: Extrato de chá mate natural solúvel ou sabor a critério da CONTRATANTE, isento de açúcar, adoçante, fibras alimentares, gorduras, proteínas, sódio e glúten.

5.8. Insumos, Materiais e Equipamentos Acessórios

5.8.1. A matéria prima dos insumos fornecida deverá ser de 1º qualidade, com a aprovação da ABIC – Associação Brasileira das Indústrias de Café e da ABIA – Associação Brasileira Das Indústrias De Alimentos.

5.8.2. O fornecimento de todos os insumos (café torrado em grãos, leite em pó integral, mistura em pó zero açúcar para chocolate, açúcar cristal e adoçante) bem como dos descartáveis, mexedores, elemento filtrante

do filtro de água e copos será de responsabilidade da CONTRATADA, sendo estes em quantidades suficientes para atender a demanda dos usuários.

5.8.3. A CONTRATADA deverá fornecer açúcar e adoçante líquido, a serem definidos pela CONTRATANTE

5.8.4. Nos preços das doses já deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos com insumos, materiais e demais itens necessários para a execução dos serviços.

5.8.5. Os produtos deverão ser, durante todo o prazo contratual, da mesma marca relacionada na proposta e poderão ser substituídos somente com a autorização da CONTRATANTE.

5.8.6. A ÁGUA SERÁ FORNECIDA PELA contratante, através da rede hídrica, em pontos específicos a serem definidos em layout, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e instalação dos filtros de água.

5.8.7. Na instalação dos filtros de água, a CONTRATADA deverá observar para que eles fiquem o mais próximo a parede, de forma que o conjunto “Máquina de Bebidas + Filtro de Água” venham a ocupar o menor espaço possível, liberando a área da copa para a circulação dos usuários.

5.8.8. A CONTRATADA deverá fornecer um registro de esfera antes de cada filtro de água exclusivamente para o fechamento deste.

5.8.9. A CONTRATADA deverá fornecer e substituir os elementos filtrantes dos filtros de água após eles atingirem o volume de água consumida indicado pelo fabricante dele.

5.8.10. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar, junto à cada filtro de água, um hidrômetro e contágua, para medir o consumo de água, o qual servirá para acusar o momento de troca dos elementos filtrantes dos filtros.

5.8.11. A CONTRATADA deverá fornecer todas as conexões hidráulicas associadas às instalações das máquinas de bebidas, filtros de água, registros e hidrômetros.

5.8.12. A qualidade de todas as conexões e insumos utilizados nas instalações hidráulicas dos equipamentos será de total responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável por ressarcir quaisquer danos ou estragos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de vazamentos, ficando a CONTRATADA sujeita as todas as sanções cabíveis em caso de recusa.

5.9. Abastecimento e Manuseio dos Insumos

5.9.1. Os equipamentos deverão ser abastecidos diariamente, por funcionários da CONTRATADA, em quantidade ilimitada, quantas vezes se fizerem necessárias, de modo que não falem insumos para a preparação das bebidas:

5.9.2. O abastecimento será feito pelo Técnico Abastecedor Residente, capacitado, identificado e devidamente uniformizado.

5.9.3. Nos demais locais o abastecimento será feito por funcionários da equipe volante da CONTRATADA capacitados, identificados e devidamente uniformizados.

5.9.4. O manuseio dos insumos, bem como os descartáveis, mexedores, copos etc., deverão ser realizados pelo Técnico Abastecedor, sendo “obrigatório” o uso de luvas plásticas descartáveis e touca.

5.10. Demanda

5.10.1. O sistema de fornecimento das bebidas quentes é de consumo livre aos usuários e o total estimado e não limitante é de 25.000 (vinte e cinco mil doses mensais)

5.10.2. A demanda das doses, acima definida, foi estimada com base no histórico de consumo, podendo ser ajustadas, se necessário.

5.10.3. Será pago o valor referente às doses efetivamente consumidas no mês.

5.11. Estoque

5.11.1. A CONTRATANTE irá disponibilizar local, em suas dependências, para que a CONTRATADA utilize como estoque dos produtos, insumos, equipamentos, ferramentas, peças de reposição etc., sendo de responsabilidade da CONTRATADA, a instalação de prateleiras e demais itens que se façam necessários para o correto armazenamento dos produtos alimentícios de acordo com as condições e critérios estabelecidos no item 6 da Portaria SMS nº 2619/2011, que regulamenta as boas práticas e de controle de condições sanitárias e técnicas das atividades relacionadas ao armazenamento e uso de alimentos, incluindo embalagens para alimentos.

5.11.2. Tanto a limpeza quanto a dedetização/higienização do local de estoque serão de responsabilidade da CONTRATADA

5.11.3. As embalagens, quando abertas, que contenham insumos não utilizados de imediato, deverão ser devidamente lacradas, a fim de evitar contaminações.

5.12. Preparação/dosagem

5.12.1. A moagem dos grãos de café deverá ser feita de forma a garantir um pó de granulatura fina.

5.12.2. As bebidas fornecidas pelo equipamento deverão obedecer a dosagem compatível com a consistência do produto, de modo que elas não fiquem aguadas ou ralas. A CONTRATANTE poderá solicitar a alteração, a qualquer tempo e a seu critério, dos tipos de bebidas cujas marcas, qualidade e paladar não atendam às exigências contratuais.

5.12.3. A água utilizada no preparo das bebidas deverá ser filtrada e aquecida à temperatura de 97°C, com margem de erro de + ou – 1°C.

5.12.4. A borra de café, bem como os demais resíduos sólidos ou líquidos gerados após o preparo das bebidas, deverão ser descartados conforme, padrão e local a ser definido pela CONTRATANTE.

5.12.5. As dosagens mínimas, por produto, deverão conter as seguintes medidas:

5.12.5.1. Café Expresso Curto - água: 50 ml; café: 8 gramas

5.12.5.2. Café Expresso Longo - água: 65 ml; café: 10 gramas.

5.12.5.3. Café com Leite - água: 100 ml; café: 8 gramas; leite: 13 gramas.

5.12.5.4. Leite - água: 100 ml; leite: 20 gramas;

5.12.5.5. Chocolate - água: 100 ml; leite: 7,5 gramas; chocolate: 23 gramas.

5.12.5.6. Cappuccino (café, leite e chocolate) - água: 100 ml; café: 8 gramas; chocolate: 10 gramas; leite: 7,5 gramas;

5.12.5.7. Cappuccino (canela) - água: 100 ml; café: 8 gramas; chocolate: 10 gramas; leite: 7,5 gramas, canela

5.12.5.8. Latte Macchiato: 100 ml; café: 8 gramas; leite: 13 gramas

5.12.5.9. Chá - água - 100 ml; chá: 13 gramas;

5.12.6. Todos os produtos deverão ser ISENTOS DE AÇÚCAR E ADOÇANTES, sendo a dosagem destes, controlada pelo consumidor durante o preparo da mistura das bebidas quentes.

5.13. Quadro Funcional

5.13.1. A CONTRATADA deverá manter, nas dependências do prédio no período das 08h às 18h, de segunda à sexta-feira, 01(um) Técnico Abastecedor Residente, com no mínimo 03 (três) anos comprovados de experiência na manutenção e abastecimento de máquinas de bebidas, capacitado para exercer tal função e devidamente uniformizado.

5.13.2. O Técnico Abastecedor, além de realizar a higienização e abastecimento das máquinas, também deverá ter experiência na realização de reparos nos equipamentos contratados. Ele deverá ser capaz de resolver sozinho qualquer tipo de problema que não necessite a substituição do equipamento.

5.13.3. O Técnico Abastecedor Residente, deverá ser funcionário devidamente registrado da empresa CONTRATADA, conforme as Consolidações da Leis do Trabalhistas – CLT, bem como portar crachá e uniforme de identificação da empresa.

5.13.4. O quadro funcional deverá realizar um bom e contínuo trabalho para que todas as máquinas estejam sempre em perfeitas condições de funcionamento, conforme padrões definidos pela CONTRATANTE neste Termo de Referência, bem como, responsabilizar-se pela limpeza diária, interna e externa, abastecimento e pequenos reparos, quantas vezes se fizerem necessárias, dos equipamentos instalados nas dependências da CONTRATANTE.

5.13.5. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, em 24 (vinte e quatro) horas, qualquer funcionário, sempre quando solicitado pela CONTRATANTE.

5.13.6. A CONTRATADA ficará obrigada a repor em, no máximo, 02 (duas) horas, o Técnico Residente caso ele venha a faltar.

5.14. Especificações a Execução dos Serviços

5.14.1. A execução dos serviços de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva e de assistência técnica, bem como de higienização e dedetização, em relação a cada um dos equipamentos locados, iniciar-se-á imediatamente após as respectivas datas de recebimento definitivo dos referidos equipamentos, observadas todas as demais disposições contidas neste Termo de Referência, a respeito dessa execução.

5.15. Instalação

5.15.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados pela CONTRATADA no local indicado neste Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço;

5.15.2. As máquinas deverão ser configuradas nas dependências da empresa CONTRATADA, sendo somente aferidas na presença do Gestor do Contrato, no dia da instalação, conforme especificações fornecidas neste Termo de Referência.

5.15.3. A CONTRATADA deverá contatar a CONTRATANTE para agendar as datas de instalação, bem como informar os dados pessoais (nome, RG e CPF) dos técnicos que realizarão o serviço.

5.15.4. Finalizado o serviço de instalação, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE relatório da distribuição das máquinas, com, no mínimo, as seguintes informações: data e local de instalação, modelo e número de série de cada equipamento.

5.15.5. Se no momento da instalação, for constatada a impossibilidade de realizar o serviço, a CONTRATADA deverá apresentar relatório discriminando o motivo do impedimento;

5.15.6. As máquinas somente serão consideradas instaladas quando estiverem em perfeito funcionamento e sem nenhuma restrição quanto às instalações hidráulicas, que deverão atender a todos os requisitos especificados neste Termo de Referência e, apenas a partir deste momento, poderá ocorrer a contabilização destes para efeitos de cobrança.

5.16. Recebimento

5.16.1. Os equipamentos serão recebidos definitivamente após completa instalação e funcionamento deles, devendo ser emitido, no ato, o Atestado de Recebimento Definitivo do Objeto, a ser elaborado pela CONTRATANTE.

5.17. Realocação

5.17.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a realocação dos equipamentos, dentro das dependências do prédio, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

5.18. Substituição de peças, componentes e acessórios

5.18.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de TODAS as peças de reposição sobressalentes, peças consumíveis e outras para utilização nas higienizações, bem como, nas manutenções corretivas e preventivas das máquinas.

5.19. Desinstalação

5.19.1. Ao término do contrato, ou quando da desinstalação dos aparelhos, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá manter as instalações elétricas e hidráulicas isoladas, em condições seguras e em bom estado.

5.19.2. Para a desinstalação completa das máquinas, a CONTRATADA deverá apresentar, até 30 dias antes do término do prazo contratual, um cronograma detalhado para retirada, o qual deverá ser aprovado pela CONTRATANTE.

5.20. Qualidade

5.20.1. A qualidade de todas as conexões e insumos utilizados nas instalações ou desinstalações hidráulicas dos equipamentos será de total responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável por ressarcir quaisquer danos ou estragos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de vazamentos que possam vir a acontecer, ficando a CONTRATADA sujeita as todas as sanções cabíveis em caso de recusa.

5.21. Manutenção

5.21.1. A CONTRATADA será responsável por executar revisões gerais, ajustes, higienização e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como o abastecimento e manuseio dos insumos e materiais descartáveis necessários ao fornecimento constante das bebidas quentes.

5.21.2. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e de assistência técnica, incluindo higienização e dedetização, em relação a cada uma das máquinas, iniciar-se-á imediatamente após as respectivas datas de recebimento definitivo dos referidos aparelhos, observadas todas as demais disposições contidas neste Termo de Referência.

5.22. Manutenção Preventiva

5.22.1. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções preventivas nos equipamentos locados, mantendo assistência técnica especializada não residente para o perfeito funcionamento de todas as funções do sistema, inclusive pela substituição de peças cuja vida útil tenha expirado, garantindo seu o pleno funcionamento, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de

Referência. Ainda, é responsável pela conservação técnica das máquinas, devendo reparar ou substituir por sua conta as partes afetadas pelo uso normal.

5.23. Manutenção Corretiva

5.23.1. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções corretivas nos equipamentos locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo seu pleno funcionamento, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

5.23.2. A CONTRATANTE notificará o Técnico Abastecedor Residente da CONTRATADA para efetuar a manutenção corretiva sempre que os equipamentos não estiverem funcionando adequadamente ou de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

5.23.3. As chamadas referentes a necessidade de manutenção corretiva para qualquer tipo de problema devido ao não fornecimento das doses de bebidas quentes, deverão ser atendidas no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação efetuada pela CONTRATANTE – no prédio

5.23.4. O conserto do equipamento, sempre quando possível, deverá ser realizado no próprio local;

5.23.5. Havendo a necessidade da retirada dos equipamentos dos locais onde se encontram instalados, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição, no mesmo local, por equipamento similar com requisitos e portes equivalentes ao avariado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.23.6. A mesma máquina que apresentar defeitos (independente do motivo), não fornecendo as bebidas quentes, por número superior a 4 (quatro) chamados em um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, será aplicada respectiva glosa.

5.23.7. A mesma máquina que apresentar defeitos (independente do motivo), não fornecendo as bebidas quentes, por número superior a 06 (seis) chamados em um período de 48 (quarenta e oito) horas, deverá ser substituída no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas pela CONTRATADA, sendo também aplicada a respectiva glosa.

5.23.8. A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de qualquer equipamento, durante toda a vigência do contrato, sempre que considerar o não atendimento aos padrões de qualidade exigidos e ao disposto neste Termo de Referência, devendo a CONTRATADA providenciar a troca no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação da CONTRATANTE.

5.24. Cronograma e periodicidade dos serviços de manutenção e higienização

5.24.1. A CONTRATADA deverá possuir, em posse da equipe, para realização dos serviços, os instrumentos e ferramentas descritos abaixo:

5.24.1.1. Todos os EPIs necessários para realização dos serviços em elétrica, conforme NR10, ABNT, MTB e afins;

5.24.1.2. Todo e qualquer outro equipamento ou ferramenta que a CONTRATADA julgar necessário para a boa qualidade dos serviços de higienização e Manutenção.

5.24.1.3. Para a higienização e secagem deverá ser utilizado panos descartáveis.

5.24.1.4. Todos os produtos destinados a higienização devem obedecer à legislação vigente, estarem regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, serem utilizados apenas para as finalidades indicadas pelos fabricantes e dentro do prazo de validade. Os produtos de uso profissional devem ser acompanhados de fichas técnicas e dados de segurança.

5.24.2. Diário

5.24.2.1. Para a limpeza interna do equipamento deverá ser utilizado álcool em concentração 70%, pincel tamanho médio, aspirador de grãos, borrifador de água, pano para limpeza de Coloração Azul ou outra a ser definida pela CONTRATANTE

5.24.2.2. Nas superfícies que entrem em contato direto com os alimentos, na higienização e secagem deverão ser utilizados panos descartáveis;

5.24.2.3. Para a limpeza externa do equipamento deverá ser utilizado álcool em concentração 70%, borrifador de água, e pano para limpeza multiuso (composto de 100% fibras viscose e látex sintético) de Coloração Verde ou outra a ser definida pela CONTRATANTE;

5.24.2.4. Efetuar limpeza do dispensador de açúcar, com água quente;

5.24.2.5. A cada abastecimento, devem ser limpas as partes externas do grupo do café, removendo eventuais resíduos de pó, em particular, na zona do funil do café.

5.24.3. Semanal

5.24.3.1. Efetuar limpeza dos misturadores e circuitos alimentares: gaveta de depósito dos pós, misturadores e conduta de fornecimento das bebidas solúveis; tubos e bicos de fornecimento; rampa do açúcar; compartimento de fornecimento, remover dos misturadores os funis dos pós, os funis de água, os canalizadores, a gaveta de depósito dos pós e as ventoinhas dos misturadores. 5.23.7.2. Utilizar panos descartáveis e efetuar a regeneração do descalcificador.

5.24.4. Mensal

5.24.4.1. Desmontar e higienizar os contentores de insumos, grupos moedores de café, batedores, misturadores, mangueiras, recipiente de dejetos e demais itens que se façam necessários para a produção de bebidas quentes no equipamento.

5.24.4.2. Devem ser utilizados panos descartáveis.

5.24.5. Bimestral

5.24.5.1. Realizar higienização minuciosa dos equipamentos, em data previamente agendada com a Unidade Gestora do Contrato para início do procedimento.

5.24.5.2. Entende-se por higienização minuciosa a desmontagem completa das máquinas para limpeza e desinfecção de todo o circuito alimentar, conforme o seguinte procedimento:

5.24.5.2.1. todos os componentes em contato com os alimentos, inclusive os tubos, deverão ser retirados do equipamento e completamente desmontados;

5.24.5.2.2. todos os resíduos e as películas visíveis deverão ser removidas mecanicamente, utilizando, se necessário, escovas cilíndricas;

5.24.5.2.3. imergir as peças por cerca de vinte minutos em um recipiente contendo uma solução desinfetante;

5.24.5.2.4. as superfícies internas do equipamento deverão ser limpas com a mesma solução desinfetante;

5.24.5.2.5. enxaguar abundantemente as peças, secá-las e montá-las novamente.

5.24.6. Semestral

5.24.6.1. Semestralmente ou quando atingir o limite de volume de água especificado para troca pelo fabricante do filtro, substituir os REFIS dos filtros de água de todos os equipamentos, bem como efetuar a limpeza completa do filtro.

5.25. Obrigações da Contratada

5.25.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o transporte, a instalação, higienização e abastecimento das máquinas de bebidas quentes nas dependências da CONTRATANTE, incluindo insumos e materiais descartáveis, sem que prejudique o regular funcionamento das atividades da CONTRATANTE

5.25.2. A CONTRATADA obriga-se a

5.25.2.1. Apresentar, por ocasião da medição mensal, relatório detalhado dos serviços executados, o qual deverá conter cada serviço individualmente realizado (manutenção preventiva, corretiva e higienização), identificação do aparelho, localização dos filtros, data de realização do serviço, número da ordem de serviço e observações relevantes;

5.25.2.2. Apresentar o relatório de serviços até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

5.25.2.3. O valor a ser apurado para faturamento fica condicionado à apresentação do relatório mensal de serviços pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

5.25.2.4. Refazer, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços prestados em desacordo com o especificado em Contrato;

5.25.2.5. Fornecer, para atendimento, às suas expensas, todas as ferramentas e materiais, bem como outros necessários à plena execução dos serviços;

5.25.2.6. Utilizar, na execução dos serviços, pessoal capacitado, com comprovação mínima de 03 anos da sua competência técnica e fazê-los observar as normas internas da CONTRATANTE;

5.25.2.7. Manter seus técnicos devidamente uniformizados e identificados, durante sua permanência nos locais de trabalho;

5.25.2.8. Eximir a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, em relação a quaisquer ações judiciais, por prejuízo que contra ela possam ser arguidos, originados diretamente da execução dos serviços contratados, assumindo, em consequência, inteira responsabilidade por eles;

5.25.2.9. Fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser

solicitadas pela CONTRATANTE sobre os serviços executados;

5.25.2.10. Informar à CONTRATANTE quaisquer danos causados às suas instalações ou a quaisquer de seus bens;

5.25.2.11. Responsabilizar-se pelos danos causados às instalações da CONTRATANTE e qualquer equipamento a este comum, bem como ao patrimônio da CONTRATANTE, por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ou por vazamentos oriundos de seus equipamentos e/ou instalações hidráulicas de sua responsabilidade, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE se reserva o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou em juízo;

5.25.2.12. Comprovar, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias e, mensalmente o recolhimento das contribuições sociais, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social, pertinentes a seus empregados, como condição à percepção mensal do valor faturado;

5.25.2.13. Credenciar, junto à CONTRATANTE, um preposto para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato;

5.25.2.14. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;

5.25.2.15. Cumprir, durante a vigência do Contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

5.25.2.16. Proceder à substituição de qualquer de seus funcionários se isso for exigido pela CONTRATANTE, não sendo necessária a declaração de motivos;

5.25.2.17. Elaborar e apresentar cronograma para execução dos serviços (manutenção preventiva e higienização), o qual será cumprido à risca, sem embargo dos atendimentos emergenciais;

5.25.2.18. Realizar a limpeza final do local de instalação, para entrega dos trabalhos, incluindo remoção de todo o material não aproveitável e/ou de propriedade da contratada, durante o andamento dos trabalhos e na conclusão do serviço sob suas expensas;

5.25.2.19. Apresentar, na data de entrega das máquinas, documentação (notas fiscais, registros de (cinco) anos de fabricação importação, guias de importação e outros)

5.25.2.20. Efetuar eventuais intervenções de proteção nas áreas de instalação das máquinas, bem como paredes, corredores, elevadores, aberturas e/ou demais locais de transporte dos equipamentos, quando necessário, para que não haja danos a estes;

5.25.2.21. Providenciar a substituição de qualquer equipamento considerado fora dos padrões e características exigidos e dispostos neste Termo de Referência, e mediante solicitação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas)

5.25.3. Obrigações da Contratante

5.25.3.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e/ou endereço de cobrança;

5.25.3.2. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações, devidamente identificados e uniformizados;

5.25.3.3. Disponibilizar os pontos de energia elétrica, exclusivamente 220 Volts – monofásico ou bifásico, com dispositivos de proteção eventualmente necessários, segundo normas ABNT/MTB e afins, conforme especificações técnicas, de potencial, tensão e localização, bem como os pontos de água (rede hidráulica) no local onde serão instaladas as máquinas de bebidas quentes;

5.25.3.4. Modificar, se justificado e mediante comunicação prévia, os horários e dias estabelecidos para todo ou parte dos serviços, como também aceitar, se justificado e mediante comunicação prévia, idêntica comunicação por parte da CONTRATADA;

5.25.3.5. Nomear Gestor para a administração do contrato;

5.25.3.6. Permitir a entrada de veículos da CONTRATADA, inclusive de grande porte (como caminhões), destinados à entrega de materiais para a execução do serviço, desde que seja previamente informado à CONTRATANTE;

5.25.3.7. Aprovar o relatório mensal detalhado dos serviços executados elaborado pela CONTRATADA, para fins de pagamento, e aplicação da glosa se necessário; 5.26.6. Caso haja divergências no relatório de

serviços apresentado, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA, para que ele seja feito, sendo faturado somente após aprovação total dos serviços realizados.

5.25.3.8. Aprovar os cronogramas para execução dos serviços (abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização) elaborados pela CONTRATADA;

5.25.3.9. Efetuar vistorias com a finalidade de acompanhar o andamento dos trabalhos;

5.25.3.10. Aferir a qualidade dos materiais e serviços;

5.25.3.11. Zelar pelo bom uso, guarda e conservação dos equipamentos, bem como restituí-los à CONTRATADA, nas mesmas condições em que foram recebidos, salvas as deteriorações naturais de seu uso regular;

5.25.3.12. Não efetuar, bem como não permitir que sejam feitas intervenções nos aparelhos por terceiros não autorizados pela CONTRATADA, mesmo aquelas para fins de reparo ou manutenção, excetuando o acionamento do dispositivo que permita o fornecimento de água para consumo em casos de falta de energia elétrica;

5.25.3.13. Recusar quaisquer serviços ou aparelhos que não atendam ao padrão de qualidade desejável e estabelecido neste Memorial ou que descumpram as condições contratuais.

5.25.4. Medição dos serviços

5.25.4.1. A medição será efetuada por dose efetivamente consumida, após cada período mensal, através do responsável da CONTRATADA, no PRÉDIO na presença do gestor do contrato e nos demais lugares na presença do responsável da respectiva Unidade.

5.25.4.2. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente relatório, a ser apresentado até o quinto dia útil do mês subsequente, especificando o quantitativo de doses consumidas em cada um dos equipamentos, bem como o total geral consumido durante o mês.

5.25.4.3. A CONTRATANTE deverá aprovar o referido relatório, ficando facultado a mesma, efetuar os descontos necessários.

5.25.4.4. Será utilizada planilha de controle visando apurar a quantidade de doses impróprias para o consumo, disponibilizadas em cada máquina de bebidas quentes aos usuários, cujo total será descontado do valor mensal a ser pago.

5.25.4.5. A máquina que ultrapassar a quantidade de 50 (cinquenta) doses impróprias para consumo, estará sujeita a aplicação de glosa. A quantidade de doses sem condições de consumo será computada cumulativamente e por máquina, sendo aplicada a glosa a cada montante de 50 doses desperdiçadas, ou seja, se uma máquina totalizou 100 doses impróprias para o consumo, deverá ser aplicada duas vezes a glosa

5.26. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CONTRATADA

5.26.1. Após cada período mensal de prestação dos serviços, o desempenho da CONTRATADA será avaliado, ficando autorizado à CONTRATANTE, com base nessa avaliação, efetuar glosas no respectivo pagamento mensal, baseadas na métrica pela atribuição de graus, de acordo com as tabelas 1 e 2, a seguir indicadas, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades estabelecidas no contrato:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% sobre o valor mensal do contrato
2	2,0% sobre o valor mensal do contrato
3	4,0% sobre o valor mensal do contrato
4	5,0% sobre o valor mensal do contrato
5	10,0% sobre o valor mensal do contrat

TABELA 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico e /ou moral, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Ultrapassar o limite de horas 2h, para atender aos chamados de manutenção corretiva por máquina e por ocorrência).	2
3	Ultrapassar o prazo máximo (48 horas) para realizar a troca de equipamento com defeito (por máquina e por ocorrência).	3
4	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	2
5	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá.	3
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia.	4
7	Reposição de insumos pelo abastecedor, sem o uso de luvas plásticas descartáveis, avental e touca.	3
8	Utilizar insumos vencidos, de má qualidade ou divergentes das especificações descritas neste Memorial, por equipamento e por ocorrência.	5
9	Ultrapassar o limite de 50 (cinquenta) doses desperdiçadas, ou seja, solicitadas e sem condições de consumo e/ou solicitadas e não preparadas, independente do motivo. (por máquina e a cada 50 doses)	1
10	Ultrapassar o limite de 04 (quatro) chamados para um mesmo equipamento que apresentar qualquer tipo de defeito, não fornecendo as doses, em um prazo máximo de 48 horas (por máquina)	1
Para os itens a seguir, DEIXAR de:		
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
12	Cumprir o cronograma de serviços de manutenção preventiva estabelecido neste Memorial, por equipamento e por ocorrência	3
13	Cumprir o cronograma de serviços de higienização estabelecido neste Memorial, por equipamento e por ocorrência	4
14	Efetuar a reposição de insumos, descartáveis, adoçantes, etc... por meio do funcionário abastecedor da CONTRATADA	4
15	Informar a CONTRATANTE quaisquer danos causados a qualquer um de seus bens, bem como suas instalações	1
16	Regular os equipamentos obedecendo à dosagem compatível com a consistência do produto final, de modo que não fiquem aguadas ou ralas. Por ocorrência e por equipamento	1
17	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	2
18	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
19	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos 20 previstos no edital/contrato.	1

20	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades suficientes para a execução dos serviços e qualidade exigidos no Edital. Por ocorrência	1
----	--	---

5.26.2. A aplicação da tabela de glosas não depende de prévia notificação à CONTRATADA, uma vez que:

5.26.2.1. A aplicação das glosas à CONTRATADA, por falha na prestação dos serviços, está prevista no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Contrato e Edital;

5.26.2.2. Os parâmetros, que estabelecem a glosa, são pré-estabelecidos e não demandam a instauração de procedimento que oportunize a ampla defesa da CONTRATADA, uma vez que são de pleno conhecimento da CONTRATADA, que os aceitou e com eles consente ao participar do certame e ao celebrar o termo de contrato.

PURIFICADORES DE ÁGUA

5.27. Serão locados para utilização no prédio da CGE: 19 purificadores de água

5.28. Todos os purificadores a serem instalados no local citado em item 5.2 deste instrumento deverão possuir as seguintes especificações mínimas

5.28.1. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, lacrados de fábrica e não remanufaturados, em perfeitas condições de aparência e funcionamento, com a voltagem adequada aos locais de instalação, sendo 127 V ou 220 V

5.28.2. Purificador que possua tomada elétrica fora do Padrão ABNT NBR 14136:2021/IEC 60906-1 deverá ser acompanhada de adaptador, quando necessário, sem ônus para a CGE

5.28.3. Não serão admitidas tomadas que não possuam aterramento elétrico dentro dos padrões estabelecidos em norma técnica por instituição credenciada

5.28.4. Purificador que necessite de equipamento de proteção elétrica deverá vir acompanhado deste equipamento, cuja aquisição é de responsabilidade exclusiva da Contratada;

5.28.5. Deverão ter graduação para fornecer água do tipo natural e gelada, cuja alimentação será efetuada através de água disponibilizada pela concessionária (SABESP). A temperatura da água gelada deverá ser igual ou inferior a 10º C e a capacidade do reservatório para refrigeração será de, no mínimo, 2 (dois) litros/hora;

5.28.6. Todos os aparelhos e suas embalagens deverão possuir o selo INMETRO de Conformidade Compulsória para Equipamentos de Consumo de Água, conforme critérios definidos na Portaria INMETRO nº 102/2022, atestando sua qualidade e aprovação de sua eficiência bacteriológica

5.28.7. Os aparelhos não poderão usar o gás CFC (clorofluorcarboneto) no sistema de refrigeração;

5.28.8. Deverão possuir sistema de filtragem, purificação e desinfecção da água, com filtragem eficiente capaz de melhorar a qualidade previamente tratada (água da rede de abastecimento) com a retenção de impurezas sólidas, de coliformes totais e fecais, de bactérias patogênicas, eliminando o odor e sabor de cloro, reduzindo a turbidez e substâncias químicas e orgânicas, bem como o odor e sabor provenientes do cloro. Caberá à Contratada a instalação de filtros adicionais de válvula reguladora de pressão, se necessário. A retenção de impurezas do aparelho deverá atender a norma NBR 16098:2012 certificada pelo INMETRO;

5.28.9. Possuir elemento filtrante com vida útil nominal de, no mínimo, 3.000 (três mil) litros ou 6 (seis) meses, o que vier a vencer primeiro;

5.28.10. Os aparelhos deverão contar com dispositivo contador de água para verificação do consumo e vida útil

5.28.11. Os aparelhos deverão estar em conformidade com as Normas Técnicas ABNT NBR 16098:2012 (condições mínimas e os métodos de ensaios para os aparelhos visando a melhoria da qualidade da água potável para consumo humano), a ABNT NBR NM 60335-1:2010 (Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares – Parte 1: Requisitos gerais), a Portaria INMETRO nº 102/2022, e estar devidamente certificado por Organismo de Certificação de Produto acreditado pelo INMETRO (OCP), com padrão de potabilidade da Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Capítulo V, Seção II, Artigo 129, Anexo XX) do Ministério da Saúde

5.28.12. Considerando a estrutura das edificações e das respectivas instalações hidráulicas, os purificadores de água deverão possuir as seguintes características de desempenho:

5.28.12.1. Quanto a sua eficiência para retenção de partículas, de acordo com a NBR 16098:2012, deverão estar classificados como “Classe A”;

5.28.12.2. Quanto a sua eficiência para redução de cloro livre, de acordo com a NBR 16098:2012, deverão

estar classificados como eficientes, com percentual de redução de cloro livre maior ou igual a 75%; e

5.28.12.3. Quanto à eficiência bacteriológica, deverão estar aprovados consoante Selo INMETRO de Conformidade Compulsória.

5.28.13. Deverão possuir sistema de abastecimento através de bica móvel, articulável ou telescópica, que facilite e permita o enchimento de recipientes apropriados para a coleta e consumo de água (copos, jarras e/ou garrafas), bem como bandeja ou cuba coletora para escoamento removível;

5.28.14. Deverão possibilitar a instalação em bancada ou em parede;

5.28.15. Deverão estar preparados para operar com pressão de alimentação de água potável entre 20 (vinte) e 700 (setecentos) kPa;

5.28.16. Serem compatíveis com a instalação de pressurizador e/ou válvula reguladora de pressão, caso a rede hidráulica do local, em determinados pontos de instalação, não forneça a pressão mínima ou máxima exigida para o funcionamento regular do aparelho, de modo a garantir uma vazão mínima de 40 (quarenta) litros/hora;

5.28.17. Caso não haja aparelhos, na hipótese de substituição dos equipamentos instalados em razão de defeitos ou vícios, com as características supramencionadas, deverá (ão) ser fornecido (s) outro (s) com as mesmas especificações exigidas ou superiores, sem ônus adicional à CGE

5.29. Da instalação dos equipamentos

5.29.1. Os purificadores deverão ser instalados pela Contratada nos locais indicados pela Fiscalização, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura contratual. As datas e horários de instalação deverão ser agendados com a Fiscalização da CGE, bem como deverão ser informadas a qualificação e a identificação da Equipe Técnica que realizará os serviços

5.29.2. É de responsabilidade da Contratada arcar com qualquer acessório necessário para a instalação dos purificadores, tais como suportes, mangueiras, conexões, pressurizadores ou válvulas reguladoras de pressão, contador de água, etc

5.29.3. A CGE providenciará as adequações necessárias nos locais onde serão instalados os Purificadores de água, fornecendo ponto de água potável e ponto de energia elétrica com 127 ou 220 V – 60 Hz

5.29.4. A Contratada deverá atender às normas técnicas e legislação vigentes no tocante à acessibilidade, em especial a NBR 9050:2021 e a Lei Federal nº 10.098/2000, devendo possuir sistema de informações de leitura tátil (braile) ou ser adaptado por meio de representações/caracteres em relevo e em braile

5.29.5. Caso se verifique no momento da instalação insuficiência ou excesso de pressão na rede hidráulica do local, que impeça o funcionamento regular do aparelho, a Contratada deverá instalar concomitantemente um pressurizador de acordo com a voltagem da rede elétrica do imóvel, ou uma válvula reguladora de pressão, garantido uma vazão mínima de 40 (quarenta) litros/hora, não devendo a CGE, em hipótese nenhuma, pagamento de qualquer espécie relacionado ao pressurizador/válvula

5.29.6. Finalizado o serviço de instalação, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização o relatório de distribuição dos purificadores, com, no mínimo, as seguintes informações: data e local de instalação, modelo e n. de série/patrimônio de cada equipamento.

5.29.6.1. O mesmo procedimento deverá ser realizado nas ocorrências de substituição destes equipamentos.

5.29.7. Cada aparelho somente será considerado instalado quando estiver em operação e sem nenhuma restrição quanto a suas funcionalidades e apenas a partir deste momento poderá ocorrer sua contabilização para efeito de medição dos serviços e do início da locação.

5.29.8. A Contratada deverá entregar à Fiscalização da CGE:

5.29.8.1. manual de Instrução e Operação detalhado dos purificadores, em linguagem de fácil compreensão, contendo, entre outros assuntos, as orientações para sua higienização externa e rotineira; e

5.29.8.2. Folheto de Instrução e Operação ilustrativo, de fácil compreensão pelos usuários contendo as instruções necessárias ao bom uso, guarda e conservação dos purificadores

5.29.9. Imediatamente após a instalação dos aparelhos, o técnico da Contratada deverá:

5.29.9.1. Orientar o auxiliar da Fiscalização contratual da CGE quanto ao funcionamento adequado dos purificadores, demonstrando todos os procedimentos contidos no folheto referido

5.29.9.2. Esclarecer as dúvidas sobre o funcionamento e recursos oferecidos pelos purificadores; e

5.29.9.3. Alertar sobre quaisquer anormalidades que ponham em risco o funcionamento dos purificadores.

5.30. Da desinstalação dos purificadores

5.30.1. Ao término do Contrato e em eventual necessidade de redução do objeto contratual, os purificadores de água deverão ser desinstalados e retirados pela Contratada, não cabendo à CGE pagamento pela prestação desses serviços

5.30.2. Para a desinstalação final completa dos purificadores, a Contratada deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias corridos antes do término da vigência de prazo contratual, um cronograma detalhado, que deverá ser aprovado pela CGE no prazo de 10 (dez) dias úteis

5.30.2.1. Havendo redução por aditamento contratual, o prazo para a desinstalação dos Purificadores excluídos será de 15 (quinze) dias corridos

5.30.3. As datas de desinstalação previstas no cronograma serão propostas pela Contratada dentro do período de 30 (trinta) dias corridos, que terá início no 1º (primeiro) dia útil após o término do Contrato, o que não deverá gerar para a CGE, em hipótese nenhuma, qualquer pagamento pelos dias em que o purificador de água permanecer instalado no local.

5.30.4. Esse prazo de 30 (trinta) dias corridos após o término do Contrato, concedido para a execução do serviço de desinstalação e retirada dos purificadores, não gerará para a CGE, em hipótese nenhuma, qualquer pagamento pelos dias em que o equipamento permanecer instalado no local.

5.30.5. Não ocorrendo a desinstalação e retirada de qualquer dos purificadores, após esgotar-se o prazo do subitem 5.6.4., a CGE fica autorizada a desinstalá-lo a seu critério, não havendo ônus com a Contratada, em hipótese nenhuma, qualquer pagamento pelos dias em que o purificador permanecer desinstalado no local

5.30.6. Transcorrido o prazo estabelecido, a CGE notificará a Contratada, conferindo-lhe o prazo derradeiro de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, para retirada dos bens, sendo que findo esse prazo, a não retirada dos bens configurará o desinteresse por parte da Contratada quanto aos citados aparelhos, ficando a CGE autorizada a dar aos equipamentos o destino que melhor lhe convier, não devendo à Contratada, em hipótese nenhuma, qualquer ressarcimento por esses bens.

5.30.7. Na hipótese de redução contratual, não ocorrendo a desinstalação e retirada do purificador, após esgotar-se o prazo da, a CGE fica autorizada a desinstalá-lo a seu critério e não deverá à Contratada, em hipótese nenhuma, qualquer pagamento pelo período em que o purificador permanecer desinstalado no local até sua retirada pela Contratada;

5.30.8. A Contratada deverá, após a desinstalação do aparelho, manter as instalações hidráulicas e as elétricas utilizadas isoladas, em condições seguras e em bom estado

5.31. Das condições de execução

5.31.1. A prestação dos serviços de locação pela Contratada compreenderá o (a):

5.31.1.1. Fornecimento e instalação dos purificadores de água, e respectivos materiais e peças necessários ao seu pleno funcionamento pleno;

5.31.1.2. Treinamento para os usuários, se necessário;

5.31.1.3. Garantia permanente de atendimento aos purificadores de água durante toda a vigência do Contrato, mantendo as características técnicas e operacionais previstas

5.31.1.4. Manutenção preventiva, em intervalos periódicos, de acordo com as especificações do fabricante dos aparelhos, com fornecimento e substituição de todas as peças e acessórios na quantidade, qualidade e especificações necessárias para o seu perfeito funcionamento;

5.31.1.5. Manutenção corretiva e assistência técnica permanente e integral, com fornecimento e substituição de peças e acessórios na quantidade, qualidade e especificações necessárias para o seu perfeito funcionamento;

5.31.1.6. Substituição do aparelho por outro similar ou superior, em até 24 (vinte e quatro) horas, quando for constatado defeito intermitente ou problema que a assistência técnica não consiga resolver

5.31.1.7. A Contratada deverá manter um estoque mínimo de equipamentos destinados à substituição provisória, componentes, ferramentas e materiais complementares necessários à execução dos trabalhos, compatíveis com a frequência de substituição que a prática ou o fabricante recomendam e proporcional ao número, marca, tipo e característica de cada equipamento.

5.31.1.8. Os empregados da Contratada responsáveis pela limpeza da parte interna dos aparelhos, manutenção e troca dos elementos filtrantes devem utilizar uniformes e calçados limpos e em bom estado de conservação, bem como estar isentos de feridas, lesões ou cortes nas mãos e nos braços e de sintomas de infecções das vias aéreas, tais como dor de garganta e tosse, não devendo mascar chicletes, balas e afins.

5.31.1.9. Na execução dos serviços, os profissionais da Contratada deverão higienizar as mãos e antebraços de forma adequada antes de manipular os aparelhos, além de utilizar, obrigatoriamente, touca, máscara e

luvas de proteção

5.31.1.10. Todos os serviços deverão ser desenvolvidos com mão de obra e equipamentos próprios da Contratada

5.32. Dos serviços de manutenção

5.32.1. Para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos, todo o fornecimento de baterias, peças de reposição, sobressalentes, peças consumíveis e outras, são de inteira responsabilidade da Contratada, não devendo a CGE, em hipótese nenhuma, pagamento por esse fornecimento

5.32.2. Considerando a necessidade de controle de acesso às dependências das edificações onde os serviços serão prestados e para devidos registros a Contratada deverá encaminhar ao Gestor da CGE, juntamente com o Plano de Instalação dos equipamentos, a relação dos seus empregados autorizados nesta contratação, designados para realizarem os serviços de manutenção

5.32.2.1. A necessidade desta mesma informação dar-se-á em eventual mudança/substituição deste (s) profissional (ais) integrante (s) da sua Equipe Técnica, a critério da Contratada, mas, de modo prévio à CGE, para o acesso às dependências destas Edificações

5.32.2.2. Do mesmo modo, a cada solicitação desta CGE na qual se faça necessária a presença destes profissionais, a Contratada deverá, em resposta imediata ao chamado, indicar expressamente aquele (s) que o(s) atenderá (ão).

5.32.2.3. A Contratada, a cada manutenção realizada, preventiva ou corretiva, deverá emitir Relatório em papel timbrado e apresentá-lo ao Gestor da CGE, atestando a vistoria e/ou manutenção do equipamento, com identificação do respectivo n. patrimonial e localização da instalação, constando descritivo dos reparos e/ou trocas dos elementos filtrantes realizados.

5.32.2.4. Os Relatórios emitidos deverão, obrigatoriamente, acompanhar o Relatório de Medição mensal a ser apresentado à Gestão da CGE, para efeito de pagamento dos serviços prestados no período.

5.33. Da manutenção preventiva

5.33.1.1. A Contratada será responsável por efetuar as manutenções preventivas nos purificadores de água locados, inclusive pela substituição de peças cuja vida útil tenha expirado, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

5.33.1.2. Inclui-se na manutenção preventiva a limpeza necessária dos sistemas internos dos purificadores, tais como canos, dutos, peneiras, torneiras e dispositivos análogos

5.33.1.3. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização da CGE, até 30 (trinta) dias após a assinatura contratual, um Plano de Manutenção Preventiva Anual para os purificadores instalados, plano este que deverá ser atualizado sempre que novos purificadores de água forem instalados, realocados ou desinstalados.

5.33.1.4. Neste Plano de Manutenção Preventiva Anual deverão constar, no mínimo, a identificação de cada equipamento instalado, o local onde cada purificador está instalado, a data de instalação, desinstalação e realocação de cada equipamento, a periodicidade, datas previstas e quais intervenções serão realizadas em cada manutenção preventiva.

5.33.1.5. As datas previstas e o acesso às dependências da CGE para as manutenções preventivas deverão ser agendadas pela Contratada e confirmadas com a Fiscalização da CGE com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos

5.33.1.6. A periodicidade máxima entre as intervenções de manutenções preventivas em cada equipamento não deverá ultrapassar 6 (seis) meses

5.34. Da manutenção corretiva

5.34.1. A Contratada será responsável pelas manutenções corretivas nos purificadores locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência

5.34.2. Após comunicação feita pela Fiscalização da CGE, da ocorrência de algum purificador de água locado que não esteja funcionando adequadamente ou de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência, a Contratada terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para repará-lo ou substituí-lo, retornando aquele ponto de fornecimento de água às condições normais.

5.34.3. Na impossibilidade da manutenção ser realizada no local e/ou se a correção do (s) defeito (s) apresentado (s) demandar mais do que 24 (vinte e quatro) horas, a Contratada deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, fornecer e instalar outro equipamento que atenda as especificações deste Termo de Referência, pelo tempo necessário para a conclusão do reparo.

5.35. Da mão de obra

5.35.1. A Contratada deverá prover recursos adequados e designar pessoal experiente e treinado para cumprimento de todas as atividades e prazos descritos neste Termo de Referência

5.35.2. Deverá ainda fornecer, a todos os profissionais disponibilizados para a execução dos serviços: uniforme completo, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Coletivo (EPC's), se o caso, de uso obrigatório em qualquer dependência dos locais de prestação dos serviços, bem como componentes, ferramentas e materiais complementares necessários à execução dos serviços.

5.35.3. Quanto aos EPI's, são obrigatórios o uso, no mínimo, de: touca, máscara de proteção e luvas

5.35.4. O crachá de identificação, com foto recente e nome da empresa, deverá compor o uniforme, sendo também de uso obrigatório.

5.36. Das Obrigações

5.36.1. Da contratada

5.36.1.1. Nomear formalmente, no ato de assinatura do Contrato, preposto que será incumbido de geri-lo, como seu responsável técnico, bem como de coordenar os trabalhos e responder pelo cumprimento e desempenho dos serviços contratados

5.36.1.2. Nas ocasiões em que houver a substituição do preposto, o Gestor da CGE deverá ser informado previamente, no mínimo, em 72 (setenta e duas) horas de sua efetivação.

5.36.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação.

5.36.1.4. Tomar as devidas providências para que a entrega, instalação e funcionamento dos purificadores ocorram dentro dos prazos definidos neste instrumento e Contrato, nos Locais e quantitativos indicados sem quaisquer ônus adicionais à CGE

5.36.1.5. Apresentar à CGE nos prazos estabelecidos, o Plano de Instalação e o Plano de Manutenção Preventiva Anual dos equipamentos, de acordo com as especificações técnicas dos purificadores e as recomendações do fabricante

5.36.1.6. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; sejam elas municipais, estaduais e federais pertinentes ao objeto contratado ou que interfiram em sua execução, bem como cumprindo as normas técnicas vigentes, as especificações técnicas e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos que serão utilizados para a perfeita execução dos serviços.

5.36.1.7. Responder por toda direção, supervisão técnica e administrativa, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados, bem como controlar todos os materiais envolvidos na execução dos serviços objeto desta contratação.

5.36.1.8. Responsabilizar-se, sem qualquer ônus adicional à CGE, pela entrega e instalação dos equipamentos novos e em perfeitas condições de aparência e funcionamento, suficientes para atender à demanda de consumo objeto do presente termo, nas dependências das edificações; bem como nas ocorrências de realocação e desinstalação (durante e no final da vigência contratual) necessárias destes; cumprindo todos os prazos estabelecidos contratualmente.

5.36.1.9. Manter, durante toda a vigência do Contrato, assistência técnica para todos os aparelhos instalados, não sendo aceitos, como justificativa para atrasos e falta de atendimento às solicitações do Gestor da CGE, eventuais descredenciamentos ocorridos na rede autorizada da Contratada.

5.36.1.10. Identificar cada purificador com o correspondente número de série/patrimônio da Contratada.

5.36.1.11. Observar conduta adequada na utilização dos produtos e materiais destinados à prestação dos serviços, objetivando correta higienização dos purificadores locados.

5.36.1.12. Manter as áreas de trabalho limpas, principalmente após a execução dos serviços de instalação.

5.36.1.13. Realizar vistorias técnicas periódicas para manutenção preventiva dos equipamentos

5.36.1.14. Disponibilizar canal de atendimento com linha telefônica direta com a CGE, bem como endereço eletrônico para envio de mensagens, que gerem protocolos de atendimento e registro em Relatório de Ocorrências.

5.36.1.15. Refazer, sem quaisquer ônus para a CGE, qualquer parte dos serviços decorrentes de erros constatados, de responsabilidade da Contratada.

5.36.1.16. Responder, por escrito, às comunicações emitidas pela CGE, no prazo estabelecido pela Fiscalização.

5.36.1.17. A Contratada será responsável pela assunção de todo e qualquer dano provocado aos equipamentos, pelos usuários ou terceiros, isentando a CGE de qualquer ônus.

5.36.1.18. Reparar quaisquer defeitos apresentados em quaisquer dos equipamentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do comunicado da CGE, ou substituí-los, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer custo adicional, a contar da comunicação do Gestor da CGE.

5.36.1.19. Efetuar a troca, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem nenhum ônus à CGE, dos equipamentos que não atenderem às especificações técnicas, sem qualquer custo adicional, a contar da comunicação do Gestor da CGE.

5.36.1.20. Mensalmente, apresentar os relatórios de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como do quantitativo de equipamentos que tiveram funcionamento pleno no referido período para fins de apuração da medição mensal

5.36.1.21. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do Contrato, prestando os esclarecimentos solicitados, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição dos fatos

5.36.1.22. Assumir a inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CGE ou a terceiros, diretamente por si, seu preposto e/ou empregados, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto desta contratação; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e/ou acompanhamento pela CGE

5.36.1.23. Atender às normas disciplinadoras e demais regulamentos em vigor nas dependências da CGE

5.36.1.24. A Contratada deve instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nos locais de realização dos serviços

5.36.1.25. Manter disponibilidade de profissionais, dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença de qualquer tipo, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

5.36.1.26. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades.

5.36.1.27. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito

5.36.1.28. Manter todos os funcionários utilizados na execução dos serviços devidamente uniformizados e com seguro e assistência médica, cumprindo todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias, portando crachá com foto recente, devidamente identificados e registrados junto aos serviços de vigilância da CGE, providos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Coletivo (EPC's), se o caso, que sejam imprescindíveis à execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer ônus adicional para a CGE

5.36.1.29. Responsabilizar-se pelas despesas com transporte, alimentação e hospedagem de seus funcionários e de outros que por ventura advierem para a execução contratual, como também dos custos oriundos de instalação e desinstalação dos purificadores.

5.36.1.30. Apresentar à CGE, quando solicitado, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços desta contratação.

5.36.1.31. A Contratada obriga-se a promover a adoção de medidas voltadas à economia no empreendimento, à redução do consumo de energia e água, bem como à utilização, sempre que possível, de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental

5.36.2. Da Contratante

5.36.2.1. Indicar formalmente, na data da assinatura do Contrato, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual

5.36.2.2. Indicar os locais para a instalação dos equipamentos, disponibilizando infraestrutura necessária para tanto (pontos de energia e de água potável).

5.36.2.3. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços objeto desta contratação.

5.36.2.4. Exercer a fiscalização dos serviços, supervisionando o desenvolvimento dos trabalhos; o que não exime a Contratada da responsabilidade sobre os mesmos.

5.36.2.5. Sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer a execução de quaisquer serviços por estarem em desacordo com as condições e exigências especificadas ou por outro motivo que justifique tal medida.

5.36.2.6. Utilizar os purificadores de água instalados conforme instruções da CONTRATADA, não os removendo do local onde foram inicialmente instalados sem prévia consulta à CONTRATADA; nem neles efetuando modificação, desmontagem, adaptação ou qualquer alteração ou intervenção; nem permitindo que terceiros também os façam; mantendo os locais de instalação sempre limpos e em boas condições de acesso.

5.36.2.7. Permitir o acesso de pessoal indicado pela Contratada para execução dos serviços de instalação, higienização, manutenção preventiva e corretiva, entre outros que se façam necessários.

5.36.2.8. Zelar pelo bom uso, guarda e conservação dos purificadores de água, bem como restituí-los à Contratada nas mesmas condições em que foram recebidos, salvo quanto às deteriorações naturais de seu uso regular

5.36.2.9. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com condições e preços pactuados no Contrato

Especificação da garantia do serviço

5.37. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.13.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em

nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia ;

8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.21. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso ;

8.21.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s) :

8.21.1.1. Comprovação de que já executou contratos com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância, definida pelo consumo médio mensal

8.21.1.2. Já instalou pelo menos 50% do quantitativo de purificadores de água;

8.21.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante ;

8.21.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.21.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos ;

Outras comprovações

8.22. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado .

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 540106 - Subsecretaria de Gestão Corporativa ;

II) Fonte de Recursos: 150.010.0001 ;

III) Programa de Trabalho: 04.122.5400.6490.0000 ;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39 ;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo suprir a necessidade de disponibilização de máquinas de café e purificadores de água para atendimento a servidores, colaboradores e usuários para a nova Sede da Controladoria Geral do Estado (CGE-SP), localizada na Rua Barão de Tefé nº 72 – Água Branca, São Paulo/SP. O prédio abrigará também a Corregedoria da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

A disponibilização desses equipamentos contribui para:

Melhoria das condições de trabalho e bem-estar dos servidores;

Promoção da saúde e da hidratação adequada;

Atendimento adequado ao público interno e externo;

Padronização e racionalização do fornecimento de bebidas quentes e água potável.

Atualmente, verifica-se a inexistência de equipamentos adequados, o que justifica a adoção de solução definitiva mediante a prestação de serviço.

O serviço de locação, incluindo fornecimento, instalação, abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização de máquinas automatizadas de autosserviço, preparadoras de bebidas quentes e dos purificadores de água, será de 15 (quinze) meses podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, o que garantirá a manutenção do ambiente institucional acolhedor, profissional e funcional, alinhado as boas práticas da administração pública, especialmente no que se refere à economicidade, sustentabilidade e eficiência operacional.

Esse tipo de contratação é amplamente adotado por diversos órgãos e entidades da administração pública, por oferecer praticidade, previsibilidade orçamentária e otimização de recursos humanos

3. Área requisitante

Coordenadoria de Infraestrutura e Suprimentos Natalino Bispo dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Máquinas de café multibebidas.

4.1.1 Todas as máquinas deverão operar com sistema de consumo livre.

4.1.2 Os equipamentos deverão possuir sistema de pré-seleção, tendo em vista que os insumos para preparação das bebidas deverão ser totalmente isentos de açúcar e adoçante.

4.1.3 Os equipamentos deverão conter dispositivo automático interno que possibilite a eliminação de resíduos sólidos e líquidos, com sistema de autolavagem e esterilização com água quente a temperatura de 97 °C e

filtro de água.

4.1.4 Todas as fases de preparação das bebidas deverão ser automatizadas, eliminando qualquer contato manual, incluindo os descartáveis (copos, palhetas).

4.1.5 A seleção dos produtos a serem fornecidos aos usuários deverá ser através de dispositivo individual que permita a escolha do produto desejado e a liberação do mesmo em quantidades pré- estabelecidas.

4.1.6 Todos os equipamentos que estiverem instalados no “mesmo” edifício deverão possuir o mesmo design e especificações.

4.1.7 Todas os equipamentos deverão ser máquinas novas. Essa exigência visa garantir um padrão elevado de qualidade na prestação dos serviços, eliminando a possibilidade de utilização de equipamentos obsoletos ou com considerável nível de desgaste.

4.1.8 As máquinas serão vistoriadas pela contratante, no ato da entrega, sendo consideradas recebidas somente se cumprirem todas as exigências dispostas neste ETP.

4.1.9 Caso seja considerado que os equipamentos não estão dentro dos padrões exigidos, os objetos não serão recebidos, sendo obrigatória sua substituição e nova entrega e instalação dentro do prazo determinado de 48 (quarenta e oito) horas da instalação.

4.1.10 Poderá ser solicitada a troca de qualquer equipamento, caso seja constatado pela CONTRATANTE, que estão fora dos padrões exigidos, a qualquer momento da vigência do contrato, devendo a contratada providenciar sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) a partir da solicitação da CONTRATANTE.

4.1.11 A Contratada deve arcar com as despesas de transporte, instalação, calibração, substituição, remoção e remanejamento das máquinas, bem como as manutenções preventivas, corretivas e de higienização.

4.1.12 A Contratada fica obrigada a promover a substituição das máquinas alocadas por modelos novos, sempre que apresentarem defeitos, avarias e/ou quaisquer sinais de contaminação ou total impossibilidade de conserto.

4.1.13 A Contratada deverá fornecer os equipamentos, instalá-los, ficando responsável pela manutenção corretiva, preventiva e de higienização do mesmo, procedendo periodicamente a inspeção e, quando solicitada, comparecendo com técnicos no local de instalação para corrigir possíveis falhas ou defeitos, quando possível, ou substituindo o equipamento enquanto o reparo necessário é feito no equipamento principal. Não há qualquer ônus adicional pelas visitas para manutenção, paga-se um valor mensal pelas bebidas consumidas, que inclui toda e qualquer tipo de manutenção e fornecimento de peças e insumos.

4.1.14 Todos os insumos utilizados deverão ser vistoriados, conferidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que somente aceitará aqueles que se encontram de acordo com as especificações estabelecidas na contratação.

4.1.15 A medição será realizada com base nas doses efetivamente consumidas ao final de cada período mensal, no primeiro dia subsequente. A atividade será conduzida pelo responsável da CONTRATADA na presença do FISCAL.

4.1.16 A CONTRATADA deverá emitir mensalmente relatório, a ser apresentado até o quinto dia útil do mês subsequente, especificando o quantitativo de doses consumidas em cada um dos equipamentos, bem como o total geral consumido durante o mês.

4.1.17 CONTRATANTE deverá aprovar o referido relatório, ficando facultado a mesma, efetuar os descontos necessários.

4.1.18 Será utilizada planilha de controle visando apurar a quantidade de doses impróprias para o consumo, disponibilizadas em cada máquina de bebidas quentes aos usuários, cujo total será descontado do valor mensal a ser pago.

4.1.19 A máquina que ultrapassar a quantidade de 50 (cinquenta) doses impróprias para consumo, estará sujeita a aplicação da tabela de glosas. A quantidade de doses sem condições de consumo será computada cumulativamente e por máquina, sendo aplicada a glosa a cada montante de 50 doses desperdiçadas, ou seja, se uma máquina totalizou 100 doses impróprias para consumo, deverá ser aplicado duas vezes a glosa.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS

4.2.1 Medidas dos Equipamentos

4.2.2 Máquinas com capacidade mínima de 200 doses e medidas aproximadas de: Altura de 690 mm; Profundidade: a 410 mm; Largura: 570 mm com gabinete de apoio

4.2.3 Painel de Seleção

4.2.4 Painel de seleção com no mínimo 07 (sete) botões previamente configurados para seleção de bebidas e

água quente

4.2.5 Sinal sonoro de fim de seleção;

4.2.6 Teclas de comando ergonômicas;

4.2.7 Identificação das bebidas no Sistema Braille no painel de seleção.

4.2.8 Acessórios

4.2.9 Sistema de regulação automática de moagem do café em grãos, garantindo alta qualidade do produto;

4.2.10 Depurador de água para prevenção de acúmulo de calcário;

4.2.11 Energy saving mode, para a redução do consumo energético quando stand by

4.2.12 Telemetria (24 horas conectada na internet, reportar erros e estoque)

4.3 SOFTWARE DE GERENCIAMENTO

4.3.1 Emitir relatório de consumáveis; Permitir a exportação de relatórios para o uso em editores de texto, planilhas eletrônicas e/ou banco de dados; Realizar a contabilidade e o controle de custos das bebidas nas máquinas; Permitir a geração de relatórios via sistema por máquina e centros de custo; Permitir a ordenação dos relatórios por quantidade de bebidas, por custo e por ordem alfabética; Permitir a utilização de filtros nos relatórios por bebida e por origem ou consumo; Permitir a exportação de dados e relatórios para análise; Permitir a centralização automática de dados a partir de filiais e a geração de relatórios integrados com os dados de todas as filiais; Realizar inventário automático das máquinas; Permitir a definição de custos de bebida consumida por máquina; Permitir a administração de custos por grupos de bebidas; Permitir contabilizar consumo total e por máquina; Permitir identificar as composições das bebidas, dosagem dos consumáveis, relatórios de consumo; Realizar configurações, atualizações, visualizações e alterações remotas dos componentes das máquinas; Possuir contador digital, para fins de registro/acompanhamento da qualidade de doses efetivamente consumidas; Serem equipadas com dispositivo de fechamento, para evitar acesso de insetos ou objetos indesejáveis dentro das máquinas; Possuir móvel de apoio; Possuir visor iluminado para orientar os usuários e técnicos com mensagens em português; Possuir manual com instruções técnicas; Possuir QR Code fácil e visível para o usuário avaliar os serviços prestados, semelhante a um fale conosco ou um relatório de ocorrências; Possuir sistema de comunicação, telemetria para permitir a visualização de diversas informações pertinentes a máquina, ligada ou desligada com ou sem conexão à internet, máquina com algum tipo de avaria, alerta de tempo de inoperância, relatórios, status, situação do estoque, com informações sobre os produtos e suas respectivas quantidades em cada recipiente da máquina, além de alertas para recipiente com poucos produtos ou vazios, entre outros; Permitir acompanhar, controlar e ajustar gestão completa das rotas, abastecimentos, conciliação automática, gestão de quebra, relatórios sintéticos e analíticos, aplicativos operacionais; Detalhamento do consumo das máquinas online; Emitir relatório de consumo de produtos; Possuir comunicação online via internet, Wi-Fi;

4.4 ALIMENTAÇÃO HÍDRICA

4.4.1 O fornecimento de água será através de conexão 3/8" ou 3/4" na rede hídrica;

4.4.2A pressão da água no equipamento deverá estar entre 0,5 a 6,5 (bar);

4.4.3 O equipamento deverá ser acompanhado de filtro de água específico para as máquinas de autoatendimento.

4.4.4 A CONTRATADA deverá instalar sem ônus a CONTRATANTE registro de água antes da entrada de cada máquina.

4.5 ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA

4.5.1 Tensão 220 volts;

4.5.2 Frequência 50 – 60 Hz.

TIPOS DE BEBIDAS

4.5.3 Os equipamentos deverão fornecer as seguintes bebidas quentes: Café expresso curto; Café expresso longo; Café com leite; Leite; Chocolate; Cappuccino; Cappuccino com chocolate; Cappuccino com canela; latte macchiato; Chá (sabor a critério da CONTRATANTE). Água quente sem custo por dose.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARO DAS BEBIDAS

CAFÉ TORRADO EM GRÃOS: Café em grão torrados e inteiros, específico para máquinas de café expresso, isento de materiais estranhos, com tempo de torra de 12 a 15 minutos, de sabor suave, levemente adstringente, 100% arábica tipo 6/7, com umidade máxima do pacote de 3,5%, isento de açúcares e adoçantes.

LEITE EM PÓ INTEGRAL SOLÚVEL: Leite em pó integral instantâneo, isento de açúcares e adoçantes, de aspecto fino, sem grumos, de cor branca e levemente amarelada, livre de pontos pretos e matérias estranhas, odor e sabor natural, entre 26% e 28% de gordura, acidez titulável entre 16 e 18 ml, insolúveis entre 0,4 e 1,0 ml e coliformes, a 30°C e 45°C, respectivamente menor que 10NMP/g e Máximo 1NMP/g. Gorduras totais entre 6,6 a 6,9 g a cada 26 g de produto ou 1 porção do alimento estabelecida no rótulo nutricional, 0% de gorduras trans.

CHOCOLATE EM PÓ: bebida de chocolate zero açúcar e de coloração marrom, solúvel, sem grumos, composto por leite em pó integral, cacau em pó, gorduras saturadas entre 0,84 e 1,4g a cada 14g do produto, 0% de gordura trans, sem glúten e isento de adoçantes artificiais.

CAPPUCCINO (ISENTO DE AÇUCAR): Misto dos produtos: café torrado em pó, leite em pó integral solúvel e chocolate em pó solúvel.

CAPPUCCINO COM CANELA (ISENTO DE AÇUCAR): Misto dos produtos: café torrado em pó, leite em pó integral solúvel e chocolate em pó solúvel e canela.

LATTE MACCHIATTO: misto de leite vaporizado e uma dose de café espresso

CHÁ: Extrato de chá mate natural solúvel ou sabor a critério da CONTRATANTE, isento de açúcar, adoçante, fibras alimentares, gorduras, proteínas, sódio e glúten.

4.6 INSUMOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS

4.6.1 A matéria prima dos insumos fornecida deverá ser de 1º qualidade, com a aprovação da ABIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CAFÉ e da ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS

4.6.2 O fornecimento de todos os insumos (café torrado em grãos, leite em pó integral, mistura em pó zero açúcar para chocolate, açúcar cristal e adoçante) bem como dos descartáveis, mexedores, elemento filtrante do filtro de água e copos será de responsabilidade da CONTRATADA, sendo estes em quantidades suficientes para atender a demanda dos usuários.

4.6.3 A CONTRATADA deverá fornecer açúcar e adoçante líquido, a serem definidos pela CONTRATANTE.

4.6.4 Nos preços das doses já deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos com insumos, materiais e demais itens necessários para a execução dos serviços.

4.6.5 Os produtos deverão ser, durante todo o prazo contratual, da mesma marca relacionada na proposta e poderão ser substituídos somente com a autorização da CONTRATANTE.

4.6.6 A ÁGUA SERÁ FORNECIDA PELA contratante, através da rede hídrica, em pontos específicos a serem definidos em layout, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e instalação dos filtros de água.

4.6.7 Na instalação dos filtros de água, a CONTRATADA deverá observar para que eles fiquem o mais próximo a parede, de forma que o conjunto “Máquina de Bebidas + Filtro de Água” venham a ocupar o menor espaço possível, liberando a área da copa para a circulação dos usuários.

4.6.8 A CONTRATADA deverá fornecer um registro de esfera antes de cada filtro de água exclusivamente para o fechamento deste.

4.6.9 A CONTRATADA deverá fornecer e substituir os elementos filtrantes dos filtros de água após eles atingirem o volume de água consumida indicado pelo fabricante dele.

4.6.10 A CONTRATADA deverá fornecer e instalar. Junto à cada filtro de água. Hidrômetro / contágua para medir o consumo de água, o qual servirá para acusar o momento de troca dos elementos filtrantes dos filtros.

4.6.11 A CONTRATADA deverá fornecer todas as conexões hidráulicas associadas às instalações das máquinas de bebidas, filtros de água, registros e hidrômetros.

OBS.: A qualidade de todas as conexões e insumos utilizados nas instalações hidráulicas dos equipamentos será de total responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável por ressarcir quaisquer danos ou estragos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência destes vazamentos, ficando a CONTRATADA sujeita as todas as sanções cabíveis em caso de recusa.

4.7 ABASTECIMENTO E MANUSEIO DOS INSUMOS

4.7.1 Os equipamentos deverão ser abastecidos diariamente em quantidade (indeterminadas) que se fizerem necessárias, de modo que não falem insumos para a preparação das bebidas, por funcionários da CONTRATADA:

4.7.2 O abastecimento será feito pelo Técnico Abastecedor Residente, capacitado, identificado e devidamente uniformizado.

4.7.3 O manuseio dos insumos, bem como os descartáveis, mexedores, copos etc., deverão ser realizados pelo Técnico Abastecedor, sendo “obrigatório” o uso de luvas plásticas descartáveis e touca.

4.8 DEMANDA

4.8.1 O sistema de fornecimento das bebidas quentes é de consumo livre aos usuários e o total estimado é de 25.000 (vinte e cinco mil) doses mensais, distribuídas, em quantidades aproximadas

4.8.2 As demandas das doses acima definida foram estimadas com base no histórico de consumo, podendo ser ajustadas, por meio de Termo de Aditamento, se necessário.

4.8.3 Será pago o valor referente às doses efetivamente consumidas no mês

4.9 DO LOCAL DE INSTALAÇÃO E QUANTITATIVOS

4.9.1 Os equipamentos serão distribuídos no endereço da Controladoria Geral do Estado, conforme relacionados abaixo:

na Rua Barão de Tefé nº 72 – Água Branca, São Paulo/SP

Quantitativo: 18 máquinas multibebidas

4.10 ESTOQUE

4.10.1 A CONTRATANTE irá disponibilizar em suas dependências, para que a CONTRATADA utilize como estoque dos produtos, insumos, equipamentos, ferramentas, peças de reposição, etc., sendo de responsabilidade da CONTRATADA, a instalação de prateleiras e demais itens que se façam necessários para o correto armazenamento dos produtos alimentícios de acordo com as condições e critérios estabelecidos no item 6 da Portaria SMS nº 2619/2011, que regulamenta as boas práticas e de controle de condições sanitárias e técnicas das atividades relacionadas ao armazenamento e uso de alimentos, incluindo embalagens para alimentos.

4.10.2 Tanto a limpeza quanto a dedetização/higienização do local de estoque serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.10.3 As embalagens, quando abertas, que contenham insumos não utilizados de imediato, deverão ser devidamente lacrados, a fim de evitar contaminações.

4.11 PREPARAÇÃO / DOSAGEM

4.11.1 Os equipamentos deverão possibilitar o preparo de bebidas em conformidade com as dosagens especificadas neste Estudo Técnico Preliminar.

4.11.2 A moagem dos grãos de café deverá ser feita de forma a garantir um pó de granulatura fina.

4.11.3 As bebidas fornecidas pelo equipamento deverão obedecer a dosagem compatível com a consistência do produto, de modo que elas não fiquem aguadas ou ralas. A CONTRATANTE poderá solicitar a alteração, a qualquer tempo e a seu critério, dos tipos de bebidas cujas marcas, qualidade e paladar não atendam às exigências contratuais.

4.11.4 A água utilizada no preparo das bebidas deverá ser filtrada e aquecida à temperatura de 97°C, com margem de erro de + ou – 1°C.

4.11.5 A borra de café, bem como os demais resíduos sólidos ou líquidos gerados após o preparo das bebidas, deverão ser descartados conforme, padrão e local a ser definido pela CONTRATANTE.

4.11.6 As dosagens mínimas por produto deverão ser as seguintes:

Café Expresso Curto - água: 50 ml; café: 8 gramas.

Café Expresso Longo - água: 65 ml; café: 10 gramas.

Café com Leite - água: 100 ml; café: 8 gramas; leite: 13 gramas.

Leite - água: 100 ml; leite: 20 gramas;

Chocolate - água: 100 ml; leite: 7,5 gramas; chocolate: 23 gramas.

Cappuccino (café, leite e chocolate) - água: 100 ml; café: 8 gramas; chocolate: 10 gramas; leite: 7,5 gramas.

Cappuccino (canela) - água: 100 ml; café: 8 gramas; chocolate: 10 gramas; leite: 7,5 gramas, canela

Chá água - 100 ml;

Chá: 13 gramas.

Água Quente água - 100 ml;

4.11.7 Todos os produtos deverão ser ISENTOS DE AÇÚCAR E ADOÇANTES, sendo a dosagem deste,

controlada pelo consumidor durante o preparo da mistura das bebidas quentes.

4.12 QUADRO FUNCIONAL

4.12.1 A CONTRATADA deverá manter, nas dependências do prédio Sede e da CGE, no período das 08h00 às 18h00, de segunda à sexta-feira, 01(um) Técnico Abastecedor Residente, com no mínimo 03 (três) anos comprovados de experiência na manutenção e abastecimento de máquinas de bebidas, capacitado para exercer tal função e devidamente uniformizado.

4.12.1 O Técnico Abastecedor, além de realizar a higienização e abastecimento das máquinas, também deverá ter experiência na realização de reparos nos equipamentos contratados. Ele deverá ser capaz de resolver sozinho qualquer tipo de problema que não seja necessário a substituição do equipamento.

4.12.2 O Técnico Abastecedor, deverá ser funcionário devidamente registrado da empresa CONTRATADA, conforme as Consolidações da Leis do Trabalhistas – CLT, bem como portar crachá e uniforme de identificação da empresa.

4.12.3 O quadro funcional deverá realizar um bom e contínuo trabalho para que todas as máquinas estejam sempre em perfeitas condições de funcionamento, conforme padrões definidos pela CONTRATANTE neste Estudo Técnico Preliminar, bem como, responsabilizar-se pela limpeza diária, interna e externa, abastecimento e pequenos reparos, quantas vezes se fizerem necessárias, dos equipamentos instalados nas dependências da CONTRATANTE.

4.12.4 A CONTRATADA poderá ainda disponibilizar uma equipe maior e mais complexa com conhecimentos técnicos iguais ou superiores ao Técnico Abastecedor atual, sem ônus à CONTRATANTE, para atender ao disposto neste Estudo Técnico Preliminar, se assim o achar necessário, sob autorização da CONTRATANTE.

4.12.5 A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, em 24 (vinte e quatro) horas, qualquer funcionário, sempre quando solicitado pela CONTRATANTE.

4.13 DA INSTALAÇÃO

4.13.1 Os equipamentos deverão ser entregues e instalados pela CONTRATADA no local indicado deste Estudo Técnico Preliminar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da emissão da ordem de serviço;

4.13.2 As máquinas deverão ser configuradas nas dependências da empresa CONTRATADA, sendo somente aferidas, na presença do Gestor do Contrato, no dia da instalação, nas dependências conforme especificações fornecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

4.13.3 A CONTRATADA deverá contatar a CONTRATANTE para agendar a data de instalação, bem como informar os dados pessoais (nome, RG e CPF) do(s) técnico(s) que realizará(ão) o serviço.

4.13.4 Finalizado o serviço de instalação, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE relatório da distribuição das máquinas, com, no mínimo, as seguintes informações: data e local de instalação, modelo e número de série de cada equipamento.

4.13.5 Se no momento da instalação, for constatada a impossibilidade de realizar o serviço, a CONTRATADA deverá apresentar relatório discriminando o motivo do impedimento;

4.13.6 As máquinas somente serão consideradas instaladas quando estiverem em perfeito funcionamento e sem nenhuma restrição quanto às instalações hidráulicas, que deverão estar atendendo à todos os requisitos especificados neste Estudo Técnico Preliminar e, apenas a partir deste momento, poderá ocorrer a contabilização destes para efeitos de cobrança.

4.14 RECEBIMENTO DO OBJETO

Os equipamentos serão recebidos definitivamente após completa instalação e funcionamento deles, devendo ser emitido, no ato, o Atestado de Recebimento Definitivo do Objeto, a ser elaborado pela CONTRATANTE.

4.15 DA REALOCAÇÃO

A CONTRATANTE poderá solicitar a realocação dos equipamentos, dentro das dependências do prédio Sede da Controladoria, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.16 DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS

A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de TODAS as peças de reposição, sobressalentes, peças consumíveis e outras para utilização nas higienizações, bem como, nas manutenções corretivas e preventivas das máquinas.

4.17 DA DESINSTALAÇÃO

Ao término do contrato, ou quando da desinstalação dos aparelhos, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá manter as instalações elétricas e hidráulicas isoladas, em condições seguras e em bom estado.

4.18 DA DESINSTALAÇÃO / QUALIDADE

A qualidade de todas as conexões e insumos utilizados nas instalações ou desinstalações hidráulicas dos equipamentos será de total responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável por ressarcir quaisquer danos ou estragos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de vazamentos que possam vir a acontecer, ficando a CONTRATADA sujeita as todas as sanções cabíveis em caso de recusa.

Para a desinstalação completa das máquinas, a CONTRATADA deverá apresentar, até 30 dias antes do término do prazo contratual, um cronograma detalhado para retirada, o qual deverá ser aprovado pela CONTRATANTE.

4.19 DA MANUTENÇÃO

A CONTRATADA será responsável por executar revisões gerais, ajustes, higienização e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como o abastecimento e manuseio dos insumos e materiais descartáveis necessários ao fornecimento constante das bebidas quentes. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e de assistência técnica, incluindo higienização e dedetização, em relação a cada uma das máquinas, iniciar-se-á imediatamente após as respectivas datas de recebimento definitivo dos referidos aparelhos, observadas todas as demais disposições contidas neste Estudo Técnico Preliminar, a respeito dessa execução.

4.20 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A CONTRATADA será responsável pelas manutenções preventivas nos equipamentos locados, mantendo assistência técnica especializada não residente para o perfeito funcionamento de todas as funções do sistema, inclusive pela substituição de peças cuja vida útil tenha expirado, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Estudo Técnico Preliminar. Ainda, é responsável pela conservação técnica das máquinas, devendo reparar ou substituir por sua conta as partes afetadas pelo uso normal.

4.21 MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.21.1 A CONTRATADA será responsável pelas manutenções corretivas nos equipamentos locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

4.21.2 A CONTRATANTE notificará o Técnico Abastecedor Residente da CONTRATADA para efetuar a manutenção corretiva sempre que os equipamentos não estiverem funcionando adequadamente ou de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

4.21.3 As chamadas referentes a necessidade de manutenção corretiva para qualquer tipo de problema devido ao não fornecimento das doses de bebidas quentes, deverão ser atendidas no prazo máximo de: 02 (duas) horas após a solicitação efetuada pela CONTRATANTE.

4.21.4 O conserto do equipamento, sempre quando possível, deverá ser realizado no próprio local;

4.21.5 Havendo a necessidade da retirada dos equipamentos dos locais onde se encontram instalados, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição, no mesmo local, por equipamento similar com requisitos e portes equivalentes ao avariado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.21.6 A mesma máquina que apresentar defeitos (independente do motivo), não fornecendo as bebidas quentes, por número superior a 4 (quatro) chamados em um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, será aplicado o item 10 da tabela de glosas.

4.21.7 A mesma máquina que apresentar defeitos (independente do motivo), não fornecendo as bebidas quentes, por número superior a 06 (seis) chamados em um período de 48 (quarenta e oito) horas, deverá ser substituída no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas pela CONTRATADA, sendo também aplicado o item 10 da tabela de glosas.

4.21.8 A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de qualquer equipamento durante toda a vigência do contrato, sempre quando for considerado que o mesmo não está atendendo aos padrões de qualidade exigidos e ao disposto neste Estudo Técnico Preliminar, devendo a CONTRATADA providenciar a troca no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação da CONTRATANTE.

4.22 HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A CONTRATADA deverá fornecer todo o material e produtos necessários para a execução da higienização das máquinas.

4.23 CRONOGRAMA E PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO

4.23.1 A CONTRATADA deverá possuir, no mínimo, em posse da equipe, para realização dos serviços, os instrumentos e ferramentas descritos abaixo:

4.23.2 Todos os EPI's necessários para realização dos serviços em elétrica, conforme NR10, ABNT, MTB e afins;

4.23.3 Todo e qualquer outro equipamento ou ferramenta que a CONTRATADA julgar necessário para a boa qualidade dos serviços de higienização e Manutenção.

4.23.4 Para a higienização e secagem deverá ser utilizado panos descartáveis.

4.23.5 Todos os produtos destinados a higienização devem obedecer à legislação vigente, estarem regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e serem utilizados apenas para as finalidades indicadas pelos fabricantes e dentro do prazo de validade. Os produtos de uso profissional devem ser acompanhados de fichas técnicas e dados de segurança.

4.23.6 Cada equipamento, conforme orientação e manual do fabricante, deverá receber os procedimentos de manutenção elencados a seguir, além de outros que eventualmente não estejam listados, mas que se mostrem necessários.

4.24 DIÁRIO

Para a limpeza interna do equipamento deverá ser utilizado álcool em concentração 70%, pincel tamanho médio, aspirador de grãos, borrifador de água, pano para limpeza de Coloração Azul ou outra a ser definida pela CONTRATANTE; OBS: Nas superfícies que entrem em contato direto com os alimentos, na higienização e secagem deverão ser utilizados panos descartáveis; Para a limpeza externa do equipamento deverá ser utilizado álcool em concentração 70%, borrifador de água, e pano para limpeza multiuso (composto de 100% fibras viscosa e látex sintético) de Coloração Verde ou outra a ser definida pela CONTRATANTE; limpar a cada abastecimento, as partes externas do grupo do café, removendo eventuais resíduos de pó, em particular, na zona do funil do café.

4.25 SEMANAL

Efetuar limpeza dos misturadores e circuitos alimentares: gaveta de depósito dos pós, misturadores e conduta de fornecimento das bebidas solúveis; tubos e bicos de fornecimento; compartimento de fornecimento, remover dos misturadores os funis dos pós, os funis de água, os canalizadores, a gaveta de depósito dos pós e as ventoinhas dos misturadores. OBS: Utilizar panos descartáveis Efetuar a regeneração do descalcificador.

4.26 MENSAL

Desmontar e higienizar os contentores de insumos, grupos moedores de café, batedores, misturadores, mangueiras, recipiente de dejetos e demais itens que se façam necessários para a produção de bebidas quentes no equipamento.

4.27 BIMESTRAL

Realizar higienização minuciosa dos equipamentos, em data previamente agendada com a Unidade Gestora do Contrato para início do procedimento. OBS: Entende-se por higienização minuciosa a desmontagem completa das máquinas para limpeza e desinfecção de todo o circuito alimentar, conforme procedimento abaixo: todos os componentes em contato com os alimentos, inclusive os tubos, deverão ser retirados do equipamento e completamente desmontados; todos os resíduos e as películas visíveis deverão ser removidas mecanicamente, utilizando, se necessário, escovas cilíndricas; imergir as peças por cerca de vinte minutos em um recipiente contendo uma solução desinfetante; as superfícies internas do equipamento deverão ser limpas com a mesma solução desinfetante; enxaguar abundantemente as peças, secá-las e montá-las novamente.

4.28 SEMESTRAL

Semestralmente ou quando atingir o limite de volume de água especificado para troca pelo fabricante do filtro, substituir os REFIS dos filtros de água de todos os equipamentos, bem como efetuar a limpeza completa do filtro.

4.29 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É de total responsabilidade da CONTRATADA o transporte, a instalação, higienização e abastecimento das máquinas de bebidas quentes nas dependências da CONTRATANTE, incluindo insumos e materiais descartáveis, sem que prejudique o regular funcionamento das atividades da CONTRATANTE.

4.30 A CONTRATADA obriga-se a:

4.30.1 Apresentar, por ocasião da medição mensal, relatório detalhado dos serviços executados, o qual deverá conter cada serviço individualmente realizado (manutenção preventiva, corretiva e higienização), identificação do aparelho, localização dos filtros, data de realização do serviço, número da ordem de serviço e observações relevantes;

4.30.2 Apresentar o relatório de serviços até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

OBS: O valor a ser apurado para faturamento fica condicionado à apresentação do relatório mensal de serviços pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

4.30.3 Refazer, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços prestados em desacordo com o especificado em Contrato;

4.30.4 Fornecer, às suas expensas para atendimento, todas as ferramentas e materiais, bem como outros necessários à plena execução dos serviços;

40.30.5 Utilizar, na execução dos serviços, pessoal capacitado, com comprovação mínima de 03 (três) anos da sua competência técnica e fazê-los observar as normas internas da CONTRATANTE;

40.30.6 Manter seus técnicos devidamente uniformizados e identificados, durante sua permanência nos locais de trabalho;

40.30.7 Eximir a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, em relação a quaisquer ações judiciais, por prejuízo que contra ela possam ser arguidos, originados diretamente da execução dos serviços contratados, assumindo, em consequência, inteira responsabilidade por eles;

4.30.8 Fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE sobre os serviços executados;

4.30.9 Informar à CONTRATANTE quaisquer danos causados às suas instalações ou a quaisquer de seus bens;

4.30.10 Responsabilizar-se pelos danos causados às instalações da CONTRATANTE e qualquer equipamento a este comum, bem como ao patrimônio da CONTRATANTE, por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ou por vazamentos oriundos de seus equipamentos e/ou instalações hidráulicas de sua responsabilidade, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou em juízo;

4.30.11 Comprovar, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias e, mensalmente o recolhimento das contribuições sociais, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social, pertinentes a seus empregados, como condição à percepção mensal do valor faturado;

4.30.12 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um preposto para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato;

4.30.13 Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;

4.30.14 Cumprir, durante a vigência do Contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

4.30.15 Proceder à substituição de qualquer de seus funcionários se isso for exigido pela CONTRATANTE, não sendo necessária a declaração de motivos;

4.30.16 Elaborar e apresentar cronograma para execução dos serviços (manutenção preventiva e higienização), o qual será cumprido à risca, sem embargo dos atendimentos emergenciais;

4.30.17 Realizar a limpeza final do local de instalação, para entrega dos trabalhos, incluindo remoção de todo o material não aproveitável e/ou de propriedade da contratada, durante o andamento dos trabalhos e na conclusão do serviço sob suas expensas;

4.30.18 Efetuar eventuais intervenções de proteção nas áreas de instalação das máquinas, bem como paredes, corredores, elevadores, aberturas e/ou demais locais de transporte dos equipamentos, quando necessário, para que não haja danos a estes;

4.30.19 Providenciar a substituição de qualquer equipamento considerado fora dos padrões e características exigidos e dispostos neste Estudo Técnico Preliminar, e mediante solicitação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas);

4.31 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.31.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

4.31.1 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e/ou endereço de cobrança;

4.31.2 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações, devidamente identificados e

uniformizados;

4.31.3 Disponibilizar os pontos de energia elétrica, exclusivamente 220 Volts – monofásico ou bifásico, com dispositivos de proteção eventualmente necessários, segundo normas ABNT/MTB e afins, conforme especificações técnicas, de potencial, tensão e localização, bem como os pontos de água (rede hidráulica) no local onde serão instaladas as máquinas de bebidas quentes.

4.31.4 Modificar, se justificado e mediante comunicação prévia, os horários e dias estabelecidos para todo ou parte dos serviços, como também aceitar, se justificado e mediante comunicação prévia, idêntica comunicação por parte da CONTRATADA;

4.31.5 Nomear Gestor para a administração do contrato;

4.31.6 Permitir a entrada de veículos da CONTRATADA, inclusive de grande porte, como caminhões, destinados a entrega de materiais para a execução do serviço, desde que seja previamente informado à CONTRATANTE;

4.31.7 Aprovar o relatório mensal detalhado dos serviços executados elaborado pela CONTRATADA, para fins de pagamento, e aplicar as glosas se necessário;

4.31.8 Caso haja divergências no relatório de serviços apresentado, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA, para que ele seja refeito, sendo faturado somente após aprovação total dos serviços realizados.

4.31.9 Aprovar os cronogramas para execução dos serviços (abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização) elaborados pela CONTRATADA;

4.31.10 Efetuar vistorias com a finalidade de acompanhar o andamento dos trabalhos;

4.31.11 Aferir a qualidade dos materiais e serviços;

4.31.12 Zelar pelo bom uso, guarda e conservação dos equipamentos, bem como restituí-los à CONTRATADA, nas mesmas condições em que foram recebidos, salvas as deteriorações naturais de seu uso regular;

4.31.13 Não efetuar, bem como não permitir que sejam feitas intervenções nos aparelhos por terceiros não autorizados pela CONTRATADA, mesmo aquelas para fins de reparo ou manutenção, excetuando o acionamento do dispositivo que permita o fornecimento de água para consumo em casos de falta de energia elétrica;

4.31.14 Recusar quaisquer serviços ou aparelhos que não atendam ao padrão de qualidade desejável e estabelecido neste Memorial ou que descumpram as condições contratuais.

4.32 MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.32.1 A medição será efetuada por dose efetivamente consumida, após cada período mensal, através do responsável da CONTRATADA, na presença do gestor do contrato.

4.32.2 A CONTRATADA deverá emitir mensalmente relatório, a ser apresentado até o quinto dia útil do mês subsequente, especificando o quantitativo de doses consumidas em cada um dos equipamentos, bem como o total geral consumido durante o mês.

4.32.3 A CONTRATANTE deverá aprovar o referido relatório, ficando facultado a mesma, efetuar os descontos necessários.

4.32.4 Será utilizada planilha de controle visando apurar a quantidade de doses impróprias para o consumo, disponibilizadas em cada máquina de bebidas quentes aos usuários, cujo total será descontado do valor mensal a ser pago.

4.32.5 A máquina que ultrapassar a quantidade de 50 (cinquenta) doses impróprias para consumo, estará sujeita a aplicação do item 09 da tabela de glosas. A quantidade de doses sem condições de consumo será computada cumulativamente e por máquina, sendo aplicada a glosa a cada montante de 50 doses desperdiçadas, ou seja, se uma máquina totalizou 100 doses impróprias para o consumo, deverá ser aplicado duas vezes a glosa.

4.33 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CONTRATADA

4.33.1 Após cada período mensal de prestação dos serviços, o desempenho da CONTRATADA será avaliado, ficando autorizado à CONTRATANTE, com base nessa avaliação, efetuar glosas no respectivo pagamento mensal, baseadas na métrica pela atribuição de graus, de acordo com as tabelas 1 e 2, a seguir indicadas, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades estabelecidas no contrato:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% sobre o valor mensal do contrato
2	2,0% sobre o valor mensal do contrato
3	4,0% sobre o valor mensal do contrato
4	5,0% sobre o valor mensal do contrato
5	10,0% sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico e /ou moral, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Ultrapassar o limite de horas 2h, para atender aos chamados de manutenção corretiva, (por máquina e por ocorrência).	2
3	Ultrapassar o prazo máximo (48 horas) para realizar a troca de equipamento com defeito (por máquina e por ocorrência).	3
4	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	2
5	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá.	3
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia.	4
7	Reposição de insumos pelo abastecedor, sem o uso de luvas plásticas descartáveis, avental e touca.	3
8	Utilizar insumos vencidos, de má qualidade ou divergentes das especificações descritas neste Memorial, por equipamento e por ocorrência.	5
9	Ultrapassar o limite de 50 (cinquenta) doses desperdiçadas, ou seja, solicitadas e sem condições de consumo e/ou solicitadas e não preparadas, independente do motivo. (por máquina e a cada 50 doses)	1
10	Ultrapassar o limite de 04 (quatro) chamados para um mesmo equipamento que apresentar qualquer tipo de defeito, não fornecendo as doses, em um prazo máximo de 48 horas (por máquina)	1
Para os itens a seguir, DEIXAR de:		
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
12	Cumprir o cronograma de serviços de manutenção preventiva estabelecido neste Memorial, por equipamento e por ocorrência	3
13	Cumprir o cronograma de serviços de higienização estabelecido neste Memorial, por equipamento e por ocorrência	4
14	Efetuar a reposição de insumos, descartáveis, adoçantes, etc... por meio do funcionário abastecedor da CONTRATADA	4
15	Informar a CONTRATANTE quaisquer danos causados a qualquer um de seus bens, bem como suas instalações	1
16	Regular os equipamentos obedecendo à dosagem compatível com a consistência do produto final, de modo que não fiquem aguadas ou ralas. Por ocorrência e por equipamento	1

17	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	2
18	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
19	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos 20 previstos no edital/contrato.	1
20	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades suficientes para a execução dos serviços e qualidade exigidos no Edital. Por ocorrência	1

4.33.2 A aplicação da tabela de glosas não depende de prévia notificação à CONTRATADA, uma vez que:

4.33.3 A aplicação das glosas à CONTRATADA, por falha na prestação dos serviços, está prevista no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, POSTERIOR TERMO DE CONTRATO E EDITAL;

4.33.4 Tais condutas, que ensejam as glosas, são pré-estabelecidas e não demandam, bem por isso, a instauração de procedimento que oportunize a ampla defesa da CONTRATADA, já que a descrição de tais condutas consta previamente e claramente descritas nas tabelas supracitadas, parte integrante dos documentos elencados no item 4.28.1., 4.28.2. é de pleno conhecimento da CONTRATADA, que os aceitou e com eles consente ao participar do certame e ao celebrar o termo de contrato.

4.34 Horário de Execução dos Serviços

4.34.1 A execução dos serviços deverá ocorrer, prioritariamente, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

4.34.2 Se for necessário a intervenção de outros funcionários da CONTRATADA para realização de quaisquer serviços descritos neste ETP, que sejam residentes, a mesma deverá formalizar com antecedência de 24 horas a identificação do(s) funcionário(s) que realizará(ão) os serviços nas dependências da CONTRATANTE (NOME, RG placa do veículo);

4.34.3 Os trabalhos, em caso excepcionais, poderão ocorrer fora do horário estipulado acima mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

4.35 VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 15 (quinze) meses, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos totalizando 10 anos, a contar da data da assinatura do Contrato.

4.36 Purificadores de água

4.36.1 Disponibilização de purificadores de água novos, dotados de acessórios e insumos que garantam consumo de água com portabilidade adequada às normas vigentes conforme padrões energéticos e sustentáveis e normas técnicas vigentes.

4.36.2 Os purificadores devem atender aos seguintes critérios:

a) Os equipamentos deverão ser novos fabricados em material atóxico, e em linha de produção que atenda a portaria MS nº 518 de 2004 – Procedimentos de Controle e Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e seu Padrão de Potabilidade.

b) Certificação por órgãos credenciados pelo Inmetro, a ser demonstrada na data de assinatura do Contrato: ABNT NBR 16098:2012 - Regulamento Técnico da Qualidade para equipamentos para Consumo de Água.

c) Aprovação em todos os ensaios obrigatórios (pressão hidrostática, fadiga, controle de nível microbiológico, e determinação de extraíveis);

d) Certificação de Segurança Elétrica e Construtiva nos termos da Portaria 191/2003 do Inmetro; e) Certificação pelo INMETRO. f) Atender às normas de acessibilidade da ABNT (NBR 9050/2004).

4.36.3 A contratada devesse responsabilizar-se pela manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, com garantia de assistência técnica especializada para o perfeito funcionamento das funções do sistema.

4.36.4 A empresa a ser contratada deverá instalar o aparelho nos locais indicados pela Administração, com fornecimento de adaptadores necessários para conexão da tubulação de água ao purificador.

4.36.5 A Contratada deverá obedecer aos critérios estabelecidos para cada item, conforme detalhado no termo de referência, levando em conta as especificações fornecidas pela Contratante.

4.36.6 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá:

- A) Possuir e fornecer todos os equipamentos, insumos e matérias primas necessárias à execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação dos purificadores, sem ônus adicionais à contratante.
- B) Empregar mão-de-obra qualificada e treinada na execução de serviços de instalação, correção e desinstalação dos equipamentos, apresentando-se sempre uniformizados e identificados.
- C) Apresentar cronograma de manutenção preventiva dos purificadores por pressão;
- D) Executar os serviços contratados nas datas e horários programados;
- E) Executar os serviços em conformidade com o protocolo estabelecido nesta especificação técnica;
- F) Assumir todas as despesas relativas ao pessoal no serviço, não permitindo a existência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Secretaria de Estado da Educação;
- G) Providenciar o transporte do pessoal, equipamentos e dos materiais necessários à execução dos respectivos serviços;
- H) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- I) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- J) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- K) Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicadas à matéria;
- L) Reparar prontamente o serviço, em que se verificarem incorreções resultantes da sua execução, sem quaisquer ônus para a Secretaria de Estado da Educação;
- M) Comunicar ao responsável pela Secretaria de Estado da Educação, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- N) Atender prontamente os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Estado da Educação;
- O) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.36.7 A identificação do aparelho deverá conter:

- A) Nome comercial ou modelo do aparelho;
- B) Nome do fabricante;
- C) Número do lote e/ou data de fabricação;
- D) Classificação do aparelho quanto ao desempenho;
- E) Eficiência de retenção de partículas P-I;
- F) Eficiência de redução de cloro livre C-I;
- G) Vazão mínima de 45 a 60 litros/horas;

4.36.8 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.36.9 Os materiais a serem utilizados nas manutenções tais como: refil de filtro, peças de reposição, higienização e outros que são necessários as manutenções e instalações e desinstalações, serão fornecidos pelo Contratado, sem ônus ao Contratante.

4.36.10 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) Adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem com práticas de racionalização;
- b) Racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações;
- c) A empresta contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados.

4.37 DO LOCAL DE INSTALAÇÃO E QUANTITATIVOS

Deverão ser instalados no seguinte endereço na Rua Barão de Tefé nº 72 – Água Branca, São Paulo/SP

Quantitativo: 19 aparelhos de purificador de água

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado consiste na análise de contratações similares de outros Órgãos públicos .

As consultas à Editais, Atas de pregões e Contratos firmados pela Administração foram realizadas via ferramentas web de registro e busca de contratações públicas – Ex.: Compras gov área de pesquisa de preços.

6. Descrição da solução como um todo

O presente estudo propõe a contratação de uma empresa especializada em locação de máquinas de café e purificadores, que se apresenta como a solução mais viável e econômica para o Estado.

A locação de máquinas de café e purificadores de água, com instalação, manutenção preventiva e corretiva, e fornecimento dos materiais necessários, configura-se como a solução mais eficiente para atender ao interesse público. Trata-se de modelo já consolidado na Administração Pública, que assegura continuidade do serviço, padronização dos equipamentos e menor ônus operacional, promovendo a economicidade e a gestão racional dos recursos.

Foram definidos os requisitos técnicos para a execução dos serviços, incluindo os métodos de limpeza, os prazos de execução e as medidas de segurança necessárias para garantir a proteção da qualidade e dos usuários. A contratação seguirá os procedimentos licitatórios, garantindo transparência e economicidade na seleção da empresa vencedora.

Considerando os princípios de eficiência e legalidade, a solução proposta é a mais vantajosa para a Administração Pública, por se tratar de objeto de natureza comum engloba o atendimento a exigências técnicas e operacionais. Ademais, a contratação visa proporcionar condições ideais de saúde e bem-estar para todos os servidores que atuam nas dependências dos prédios administrativos da Secretaria da Educação.

7. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão ser parcelados quantas vezes se comprovarem técnica e economicamente viáveis, objetivando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis do mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto, no entanto, não se aplica na presente demanda, uma vez que um eventual parcelamento no objeto não proporcionaria um aumento na competitividade, tendo em vista a peculiaridade do objeto, as empresas habilitadas a prestar o serviço da pretensa contratação tem condições de prestar o serviço em sua totalidade

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP 47999864000122-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP 30/06/2025, atualizado em 29/01/2026;

III) Id do item no PCA 112;

IV) Classe/Grupo: 853 – SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS;

V) Identificador da Futura Contratação 540106-130/2026.

11. Resultados Pretendidos

Com essa iniciativa, a Administração almeja promover o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, assegurando a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

12. Providências a serem Adotadas

A Administração estabelecerá a comunicação com a empresa contratada para proceder com o alinhamento inicial, garantindo a execução eficiente dos serviços e o cumprimento adequado das obrigações contratuais.

A Administração providenciará reserva de recursos e designará servidores para gestão e fiscalização do contrato.

As providências a serem adotadas anterior a contratação são regidas no termo de referência, das quais incluem certificar se a empresa contratada estará apta a atender a demanda da Pasta.

13. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

Como decorrência dos estudos realizados para a elaboração deste documento, identifica-se a viabilidade da presente contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE O(A),
POR INTERMÉDIO DO(A) E

O Estado de São Paulo / [Entidade com personalidade jurídica], por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../... **OU** da Concorrência Eletrônica nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de locação de máquinas automatizadas de autosserviço, preparadoras de bebidas quentes, incluindo fornecimento de insumos, instalação, abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização e purificadores de água com manutenção preventiva, corretiva e higienização conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE mensal	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL para 15 meses
1	Instalação/manutenção/locação de máquinas automáticas e semiautomáticas (café	20648	DOSE	25.000			
2	Serviços de locação de purificadores de água por pressão	21628	Unidade	19			

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de _____.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados do(a), prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante

comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato .

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito

de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de XX (XXX) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias) , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada [pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato ;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que

seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco) por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.

11.2. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.2.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.4.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.4.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.4.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.5. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.5.1. Caso fortuito ou força maior;

11.5.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis

exclusivamente ao Contratante;

11.5.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

11.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX[ESP75]) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.8.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.9. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.10. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.13. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.14. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida

subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de

subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa [\[ESP76\]](#)).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

[CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL

ANEXO III

RESOLUÇÃO CGE Nº 031, DE 04 DE SETEMBRO DE 2025]

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios, no âmbito da Controladoria Geral do Estado, e dá providências correlatas.

O **CONTROLADOR GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 5º, da Lei Complementar nº 1.419, de 27 de dezembro de 2024, c/c artigo 28, inciso II, do Anexo I, do Decreto estadual nº 69.183, de 18 de dezembro de 2024; e

Considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, às contratações públicas, bem como a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com a Controladoria Geral do Estado, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Único: Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º- Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§1º - A multa de mora será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e a multa compensatória nos casos de inexecução parcial ou total do contrato.

§2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§3º - As sanções previstas nos incisos I, III, e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Controladoria Geral do Estado;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Controladoria Geral do Estado, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;
- II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;
- III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à alínea "a" supra;
- c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo Único: Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo Único: Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 05 (cinco) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, vigente para o exercício financeiro, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em edital e/ou contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV;

II - por 3 (três) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III;

Parágrafo Único: Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§1º - O prazo a que alude o caput deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do §5º, do artigo 156, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§2º - Para os fins do inciso X do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo Único: Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do artigo 137, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 20 - Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Subsecretário de Gestão Corporativa decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo Único: Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Subsecretário de Gestão Corporativa, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução ao Subsecretário de Gestão Corporativa para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - O relatório final da comissão a que alude o artigo 21 desta Resolução será encaminhado ao Subsecretário de Gestão Corporativa, a quem compete:

I - aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;

II - encaminhar o processo ao Controlador Geral do Estado, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Artigo 23 - Da decisão do Subsecretário de Gestão Corporativa que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§1º - O recurso de que trata o caput deste artigo deverá ser dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida;

§2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Controlador Geral do Estado, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva do Controlador Geral do Estado, e será precedida de análise pelo órgão jurídico.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Único: Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§2º - Nos processos eletrônicos instaurados na Controladoria Geral do Estado, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN, e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21 desta Resolução;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

(Processo SEI nº 009.00001090/2025-79)

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Controlador Geral do Estado

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1 MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PAPEL TIMBRADO

À

Controladoria Geral do Estado – CGE/SP.

contratação de serviços de locação de máquinas automatizadas de autosserviço, preparadoras de bebidas quentes, incluindo fornecimento de insumos, instalação, abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização e purificadores de água com manutenção preventiva, corretiva e higienização

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL para 15 meses
1	Instalação/manutenção/locação de máquinas automáticas e semiautomáticas (café	DOSE	25.000			

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- Não serão aceitos preços com mais de duas casas decimais após a vírgula.
- Deverão estar inclusos, nos valores da proposta comercial, além do lucro, todas e quaisquer despesas de

responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto lícitado

Data

Assinatura

Nome do representante legal da empresa

C.P.F.

ANEXO IV.2

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PAPEL TIMBRADO

À

Controladoria Geral do Estado – CGE/SP.

contratação de serviços de locação de máquinas automatizadas de autosserviço, preparadoras de bebidas quentes, incluindo fornecimento de insumos, instalação, abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e higienização e purificadores de água com manutenção preventiva, corretiva e higienização

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL para 15 meses
2	Serviços de locação de purificadores de água por pressão	Unidade	19			

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- Não serão aceitos preços com mais de duas casas decimais após a vírgula.
- Deverão estar inclusos, nos valores da proposta comercial, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto lícitado

Data

Assinatura

Nome do representante legal da empresa

C.P.F.

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#);

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

OU[segunda alternativa de redação para o modelo de declaração]

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Atendimento ao Decreto Estadual nº 62.867, de 3 de outubro de 2017)

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CNPJ nº [XX.XXX.XXX/0001-XX]

Declara, para os devidos fins, em atendimento ao disposto no artigo 1º do Decreto Estadual nº 62.867, de 3 de outubro de 2017, que:

() Possui conta corrente ativa no Banco do Brasil S.A., cujos dados seguem abaixo:

- Banco: Banco do Brasil S.A.
- Agência: [número da agência]
- Conta Corrente: [número da conta com dígito]
- Titular: [razão social da empresa]
- CNPJ: [mesmo CNPJ acima]

OU

() Compromete-se a informar os dados da conta corrente no Banco do Brasil S.A. em até um dia útil anterior à data da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, conforme o que ocorrer primeiro, observando-se a exigência constante do referido Decreto.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Assinatura]

ANEXO V.3

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

(Atendimento ao Decreto estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023)

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CNPJ nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX]

Para os devidos fins, e em atendimento ao disposto no artigo 5º do Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023, declaramos que:

Caso sejamos declarados vencedores da licitação, comprometemo-nos a realizar o cadastro do representante legal da empresa no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/SP, por meio do endereço eletrônico: https://portal.sei.sp.gov.br/sei/usuario_externo;

Estamos cientes de que, no momento da assinatura do Contrato, os documentos serão disponibilizados para autenticação eletrônica no e-mail cadastrado no SEI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Assinatura]

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VII

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% sobre o valor mensal do contrato
2	2,0% sobre o valor mensal do contrato
3	4,0% sobre o valor mensal do contrato
4	5,0% sobre o valor mensal do contrato
5	10,0% sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico e /ou moral, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Ultrapassar o limite de horas 2h, para atender aos chamados de manutenção corretiva, (por máquina e por ocorrência).	2
3	Ultrapassar o prazo máximo (48 horas) para realizar a troca de equipamento com defeito (por máquina e por ocorrência).	3
4	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	2
5	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá.	3
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia.	4
7	Reposição de insumos pelo abastecedor, sem o uso de luvas plásticas descartáveis, avental e touca.	3
8	Utilizar insumos vencidos, de má qualidade ou divergentes das especificações descritas neste Memorial, por equipamento e por ocorrência.	5
9	Ultrapassar o limite de 50 (cinquenta) doses desperdiçadas, ou seja, solicitadas e sem condições de consumo e/ou solicitadas e não preparadas, independente do motivo. (por máquina e a cada 50 doses)	1
10	Ultrapassar o limite de 04 (quatro) chamados para um mesmo equipamento que apresentar qualquer tipo de defeito, não fornecendo as doses, em um prazo máximo de 48 horas (por máquina)	1
Para os itens a seguir, DEIXAR de:		
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
12	Cumprir o cronograma de serviços de manutenção preventiva estabelecido neste Memorial, por equipamento e por ocorrência	3
13	Cumprir o cronograma de serviços de higienização estabelecido neste Memorial, por equipamento e por ocorrência	4
14	Efetuar a reposição de insumos, descartáveis, adoçantes, etc... por meio do funcionário abastecedor da CONTRATADA	4
15	Informar a CONTRATANTE quaisquer danos causados a qualquer um de seus bens, bem como suas instalações	1
16	Regular os equipamentos obedecendo à dosagem compatível com a consistência do produto final, de modo que não fiquem aguadas ou ralas. Por ocorrência e por equipamento	1
17	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	2
18	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
19	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos 20 previstos no edital/contrato.	1
20	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades suficientes para a execução dos serviços e qualidade exigidos no Edital. Por ocorrência	1

ANEXO VIII

MINUTA ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº XX/2026

Pela presente Ordem de Execução de Serviço - OES, a empresa __, inscrita no CNPJ sob o nº __, com sede no endereço __, representante legal, Sr.(a) __, RG nº __ e CPF nº __, adiante denominada Contratada, fica autorizada a executar para a CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, denominada Contratante, os serviços constantes.

Ademais, a Contratada declara ciência das especificações e condições de contratação constantes do Termo de Referência, sob a sujeição da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula I - Do objeto

A Contratada, nos termos de sua proposta apresentada no pregão eletrônico nº __, em tudo que com a mesma não colidir, obriga-se a executar os serviços _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV / BEC	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL
1				

Cláusula II - Do preço

A Controladoria Geral do Estado pagará à Contratada, pela execução dos serviços na cláusula I, a importância total de **R\$ xxxx (xxxxx)**.

Cláusula III - Do prazo

O prazo para a execução dos serviços é de xx meses.

Cláusula IV - Da Execução

Pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Cláusula V - Das Infrações e Sanções Administrativas

Será observado o disposto na Resolução CGE nº 031, de 04 de setembro de 2025.

São Paulo, xx de xxxxx de 2026.

Gestor do Contrato



Documento assinado eletronicamente por **Daniel da Silva Lima, Subsecretário**, em 11/05/2026, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0107136225** e o código CRC **F01D3519**.
